

# Investimento Territorial Integrado do Algarve e Alentejo

Fundamentação estratégica dos pressupostos do ITI

Relatório de progresso | Fase c | Janeiro de 2022



## Ficha técnica

### Título:

*Investimento Territorial Integrado do Algarve e Alentejo*

Relatório Preliminar | Fase c) | Janeiro de 2022

### Promotores:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve  
(CCDR Algarve)



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
(CCDR Alentejo)



Trabalho desenvolvido com a consultoria e assistência técnica de EY-Parthenon

## Índice

NOTA INTRODUTÓRIA.....	7
1. AS ABORDAGENS TERRITORIAIS INTEGRADAS E OS ITI FUNCIONAIS E TEMÁTICOS	9
1.1. AS ABORDAGENS TERRITORIAIS INTEGRADAS.....	10
1.2. OS ITI FUNCIONAIS/TEMÁTICO .....	12
2. A PERTINÊNCIA DO ITI DO ALGARVE E ALENTEJO: FOCO ESTRATÉGICO E TEMÁTICO .....	15
2.1. O RECONHECIMENTO CONJUNTO DA PERTINÊNCIA DO ITI DO ALGARVE E ALENTEJO.....	16
2.2. O ITI DO ALGARVE E ALENTEJO E O SEU FOCO ESTRATÉGICO E TEMÁTICO .....	17
3. O TERRITÓRIO DO ITI DO ALGARVE E ALENTEJO .....	21
3.1. O TERRITÓRIO DE PARTIDA .....	22
3.2. A CENARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO.....	27
4. OS PRINCÍPIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ITI.....	40
4.1. O QUADRO GERAL DE AÇÃO DO ITI DO ALGARVE E ALENTEJO.....	41
4.2. A ARTICULAÇÃO GERAL DO ITI DO ALGARVE E ALENTEJO NAS ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS NACIONAIS E REGIONAIS .....	49
5. OS MECANISMOS DE PARCERIA E GOVERNAÇÃO.....	58
5.1. POTENCIAIS PARCEIROS-CHAVE .....	59
5.2. PRINCÍPIOS PARA O MODELO GOVERNAÇÃO.....	61
ANEXOS .....	64
ANEXO 1. SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	65
ANEXO 2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO .....	67
ANEXO 3. MOMENTOS CHAVE DA CONSTRUÇÃO DO ITI DO ALGARVE E ALENTEJO .....	68
ANEXO 4. LISTA DE POTENCIAIS PARCEIROS CHAVE .....	69

## Índice de quadros

Quadro 1. Resumo dos instrumentos territoriais mobilizados no Acordo de Parceria – Portugal 2030 .....	14
Quadro 2. Superfície por classes de uso e ocupação do solo em 2018 (%) .....	24
Quadro 3. Valores naturais do território de intervenção .....	26
Quadro 4. Principais indicadores de caracterização do território abrangido pelo Cenário 1.....	28
Quadro 5. Principais indicadores de caracterização do território abrangido pelo Cenário 2.....	32
Quadro 6. Principais indicadores de caracterização do território abrangido pelo Cenário 3.....	35
Quadro 7. Exemplos de intervenções, estratégias, fundos de financiamento e eventuais promotores e atores a envolver ( <i>exploratório</i> ).....	43
Quadro 8. Prioridades de orientação de políticas públicas para o desenvolvimento regional.....	54
Quadro 9. Tipologia de entidades.....	59
Quadro 10. Potenciais parceiros chave da Administração Central .....	69
Quadro 11. Potenciais parceiros chave da Administração Regional .....	69
Quadro 12. Potenciais parceiros chave das Entidades Regionais.....	69
Quadro 13. Potenciais parceiros chave da Administração Local (municípios) .....	69
Quadro 14. Potenciais parceiros chave Administração Local (Juntas de Freguesia) .....	70
Quadro 15. Potenciais parceiros chave das Entidades de Desenvolvimento Local .....	71
Quadro 16. Potenciais parceiros chave dos Grupos de Ação Local .....	71
Quadro 17. Potenciais parceiros chave das Entidades de Promoção Turística .....	72
Quadro 18. Potenciais parceiros chave das Entidades Ambientais.....	72
Quadro 19. Potenciais parceiros chave das Organizações Não Governamentais .....	73
Quadro 20. Potenciais parceiros chave das Instituições de Ensino e entidades de formação e emprego.....	74
Quadro 21. Potenciais parceiros chave dos Centros Tecnológicos e associações empresariais .....	75
Quadro 22. Potenciais parceiros chave dos Centros de Investigação.....	75

## Índice de figuras

Figura 1. Modalidades de abordagens territoriais integradas previstas na RCM n.º 97/2020 de 13 de novembro .....	11
Figura 2. Prioridades de orientação de políticas públicas para o desenvolvimento regional.....	13
Figura 3. Questões chave para a concretização do ITI e foco temático .....	19
Figura 4. Território base de intervenção do ITI do Algarve e Alentejo (“Projeto Cordão Verde”).....	22
Figura 5. Território abrangido pelo Cenário 1 .....	30
Figura 6. Território abrangido pelo Cenário 2.....	33
Figura 7. Território abrangido pelo Cenário 3.....	36
Figura 8. Território abrangido pelo Cenário 4.....	38
Figura 9. Relação entre as áreas temáticas de intervenção e o foco do ITI .....	41
Figura 10. Proposta de organograma do Modelo de Governação.....	62



## Nota Introdutória

O presente documento insere-se no âmbito da **“Assessoria técnica na delimitação territorial e na fundamentação temática e estratégica do Investimento Territorial Integrado (ITI) do Algarve e do Alentejo”**.

O trabalho em desenvolvimento visa sistematizar o enquadramento estratégico e operacional do instrumento ITI, a consensualização sobre o seu âmbito e objetivos a atingir e a definição dos princípios de operacionalização deste instrumento de política pública.

Este relatório preliminar está organizado nos seguintes pontos:

- ▶ **1. As abordagens territoriais integradas e os ITI funcionais e temáticos:** Contextualização geral das abordagens territoriais e caracterização dos ITI funcionais e temáticos.
- ▶ **2. A pertinência do ITI do Algarve e Alentejo:** Fundamentação da pertinência estratégica e temática deste instrumento de política pública, com apresentação do racional, desafios e fatores distintivos.
- ▶ **3. O território pertinente para o ITI do Algarve e Alentejo:** Exercício de cenarização da delimitação territorial e consequente caracterização do território de intervenção do ITI do Algarve e Alentejo.
- ▶ **4. Os princípios da operacionalização do ITI:** Conceção de um quadro de ação para o ITI do Algarve e Alentejo e a sua articulação com as estratégias e programas nacionais e regionais.

### **5. Os mecanismos de parceria e governação:**

Identificação de eventuais atores chave a envolver na concretização do ITI do Algarve e Alentejo e definição dos princípios orientadores do modelo de governação.

Atualmente encontram-se em desenvolvimento as seguintes as seguintes tarefas:

- ▶ Análise dos cenários de delimitação territorial, apresentando quatro hipóteses estruturadas e justificadas, com o intuito de abrir o debate sobre qual a melhor metodologia para a definição do território do ITI do Algarve e Alentejo;
- ▶ Aprofundamento do quadro operacional, através da identificação de exemplos de intervenções e respetivas estratégias e fundos de apoio à concretização, assim como os eventuais parceiros e atores a envolver;
- ▶ Reflexão sobre os mecanismos de parceria e de governação, identificando um conjunto alargado de entidades relevantes para o ITI do Algarve e Alentejo que podem ser envolvidas, organizadas por tipologia e de âmbito regional e nacional e ainda uma estrutura aproximada do modelo de governação do ITI.

Os documentos do “Acordo de Parceria – Portugal 2030” e do “Plano Estratégico da PAC 2023-2027” disponibilizados em consulta pública permitiram validar alguns pressupostos que permaneciam em aberto, validar a pertinência do presente ITI e implicará uma análise mais detalhada na componente da articulação do ITI com outros instrumentos.



## 1. As abordagens territoriais integradas e os ITI funcionais e temáticos

O presente capítulo visa contextualizar o ITI do Algarve e Alentejo no contexto das abordagens territoriais integradas. Analisa o enquadramento estratégico e regulamentar, europeu e nacional, desta modalidade de intervenção territorial, apresenta os contornos específicos dos ITI funcionais/temáticos e pondera as articulações deste instrumento com outros.

### 1.1 As abordagens territoriais integradas

### 1.2 Os ITI funcionais/temáticos



### 1.1. As abordagens territoriais integradas

Os desafios colocados ao nível das sub-regiões, em áreas temáticas como os recursos estratégicos, a sustentabilidade, a promoção de uma sociedade inclusiva, tornam o reforço da escala de intervenção territorial imprescindível, ao nível das parcerias entre o poder local, através do associativismo e dos polos tecnológicos e científicos, de modo a que as intervenções nos territórios se tornem cada vez mais eficazes no seu desenvolvimento e coesão.

Assim como explícito no Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) o Estado deverá **“Incentivar as Abordagens Territoriais Integradas enquanto instrumentos de potenciação dos ativos locais e regionais e de capacitação institucional a diferentes níveis territoriais, desenvolvendo estratégias, políticas e intervenções de coordenação e de cooperação para a coesão”**. A medida 5.6 referente ao reforço das abordagens integradas de base territorial, no domínio da governança territorial, no PNPOT, pretende aprofundar e aperfeiçoar o desenho, adoção e execução das estratégias de desenvolvimento integradas, bem como a flexibilização da programação, desburocratização administrativa e alterações aos modelos de governança. O reforço das Abordagens Territoriais tem como objetivo:

- ▶ Reforçar a participação e envolvimento das comunidades locais;
- ▶ Privilegiar as abordagens integradas de base territorial assentes em estratégias diferenciadas e ajustadas às especificidades dos territórios;
- ▶ Adotar novos formatos partilhados de participação;
- ▶ Aumentar a afetação de recursos financeiros, nomeadamente fundos estruturais de investimento, tendo em vista uma maior coesão territorial.

O artigo 28.º do Regulamento da União Europeia (UE) n.º 2021/1060, de 24 de junho de 2021, relativo às Disposições Comuns, define que as **estratégias de desenvolvimento territorial integrado “podem envolver qualquer das seguintes formas”**:

- a) *Investimentos territoriais integrados;*
- b) *Desenvolvimento local de base comunitária;*  
*ou*
- c) *Outro instrumento territorial que apoie iniciativas concebidas pelo Estado-Membro.”*

Estas abordagens têm em conta o âmbito territorial da política de coesão, respeitando as prioridades e as agendas do Acordo de Parceria estabelecido.

De acordo com o artigo 29.º do Regulamento (UE) n.º 2021/1060, o ITI deve conter os seguintes elementos:

- a) *a zona geográfica abrangida pela estratégia;*
- b) *uma análise das necessidades de desenvolvimento e das potencialidades da zona, inclusive das interligações económicas, sociais e ambientais;*
- c) *uma descrição de uma abordagem integrada que permita atender às necessidades de desenvolvimento identificadas e às potencialidades da zona;*
- d) *uma descrição do envolvimento dos parceiros, nos termos do artigo 8º, na elaboração e execução da estratégia.*

Não obstante, podem ainda conter uma lista das operações a apoiar. Importa ainda referir que, tal como disposto no artigo 30º *“Sempre que uma estratégia territorial a que se refere o artigo 29º envolva investimentos que recebam apoio de um ou mais Fundos, de mais do que um programa ou de mais do que uma prioridade do mesmo programa, as ações podem ser realizadas enquanto investimentos territoriais integrados”*.

Do ponto de vista operacional, mobilizam assim, em simultâneo e de forma coordenada, **o financiamento em mais do que um fundo e eixos prioritários e programas operacionais**, com o intuito de alcançar uma estratégia territorial coerente. Por outro lado, tem como princípio base a cooperação territorial, o estabelecimento de parcerias entre o poder local e outros importantes agentes para o desenvolvimento.

A execução destas estratégias terá de ter coerência e coordenação entre os Fundos em causa, uma vez que são estes os instrumentos responsáveis por permitirem o desenvolvimento destas abordagens à escala local, sub-regional e regional, adaptadas, naturalmente, às especificidades de cada território.

No atual período de programação, assim como no anterior, as Abordagens Territoriais Integradas surgem consagradas nos princípios que orientam e estruturam a operacionalização do período programático da política de coesão. A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 97/2020 de 13 novembro de 2020, no n.º 9 estabelece que podem ser *“definidos modelos flexíveis de programação de base territorial para resposta a problemas territoriais específicos, mobilizando os instrumentos previstos no quadro regulamentar europeu”* (Figura 1). A modalidade de abordagem territorial de um ITI surge consagrada na alínea a), apresentando-se de seguida

os termos operacionais<sup>1</sup>:

- ▶ Atratividade e regeneração dos centros urbanos;
- ▶ Fornecimento de serviços públicos de proximidade, incluindo a dimensão da mobilidade;
- ▶ Continuação das estratégias territoriais de descarbonização nas áreas metropolitanas e

centros regionais e na sua articulação com os centros de polaridade do PNPOT;

- ▶ Resolução dos constrangimentos estruturais específicos em certos territórios, nos setores da economia, social e ambiental e, privilegiando territórios funcionais para a implementação de estratégias de competitividade territorial e valorização económica de recursos endógenos.

Figura 1. Modalidades de abordagens territoriais integradas previstas na RCM n.º 97/2020 de 13 de novembro

<p>a) <b>Intervenções operacionais integradas de base territorial</b></p>	<p>"Intervenções operacionais integradas de base territorial, privilegiando a escala administrativa das NUTS III para os objetivos da atratividade e regeneração dos centros urbanos, da provisão de serviços públicos de proximidade, incluindo a dimensão da mobilidade associada a esta provisão, na prossecução das estratégias territoriais de descarbonização nas áreas metropolitanas e centros regionais e na sua articulação com os centros de polaridade do PNPOT, na resolução de debilidades estruturais específicas de determinados territórios, incluindo económicas, sociais e ambientais e, numa ótica de seletividade, privilegiando territórios funcionais para estratégias de competitividade territorial e valorização económica de recursos endógenos";</p>
<p>b) <b>Outras intervenções integradas de base territorial</b></p>	<p>"Outras intervenções integradas de base territorial, podendo envolver mais do que uma NUTS III, para concretização de estratégias e investimentos estruturantes de interesse comum, nomeadamente no âmbito dos subsistemas territoriais do PNPOT";</p>
<p>c) <b>Planos territoriais para a transição justa</b></p>	<p>"Planos territoriais para a transição justa, ao nível das NUTS III, prosseguidos no âmbito da mobilização do Fundo para a Transição Justa, a definir no âmbito do processo de negociação com a Comissão Europeia, onde os processos de transição para modelos económicos menos intensivos em carbono, em linha com o Plano Nacional de Energia e Clima, acarretam maiores impactos socioeconómicos";</p>
<p>d) <b>Parcerias para a coesão</b></p>	<p>"Parcerias para a coesão privilegiando a intervenção sub NUTS III e supramunicipal, no âmbito de subterritórios com dimensões de intervenção coerente centradas na ação de proximidade entre atores e territórios, procurando incentivar abordagens inovadoras e reforço da capacitação para a ação, numa ótica de ações piloto dinamizadas pelas Autoridades de Gestão dos PO Regionais";</p>

Fonte: RCM n.º 97/2020 de 13 de novembro

Na **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030 e na Estratégia Regional do Alentejo 2030** é possível observar um alinhamento quanto à importância das Abordagens Territoriais Integradas, enquanto mecanismo de cooperação inter-regional, de valorização dos territórios nas suas diversas vertentes, pretendendo a salvaguarda dos valores e das suas características identitárias comuns e transversais.

É por isso importante que este **olhar cooperativo entre territórios, sem fronteiras**, mitigue as limitações burocráticas, com o intuito de fazer com que as abordagens respondam diretamente às problemáticas das comunidades, das empresas e organizações, trabalhando para um desenvolvimento

sustentável e inovador sobre os territórios abrangidos.

O enquadramento regulamentar do próximo período de programação 2021-2027 e a aposta de continuidade na adoção de instrumentos territoriais mais próximos do território e dos seus constrangimentos, a partir de uma abordagem integrada em mais do que um fundo e em mais do que um objetivo, incentivou ações conjuntas entre as regiões do Alentejo e do Algarve no sentido de desenvolver uma proposta de Investimento Territorial Integrado.

<sup>1</sup> Alínea a) n.º 9, RCM n.º 97/2020 de 13 novembro de 2020.

## 1.2. Os ITI funcionais/temático

### Investimento Territorial Integrado

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 97/2020, de 13 de novembro, onde se encontram estabelecidos os princípios orientadores e a estrutura operacional para o período da política de coesão relativo a 2021-2027, ressalva a **importância dos instrumentos integrados com base no desenvolvimento de territórios**, com destaque para as Intervenções Integradas de Base Territorial, como um meio para abordar intervenções territoriais suportadas no apoio por um ou mais fundos, com origem em um ou mais programas operacionais ou em um ou mais objetivos de política.

Em 2014 a DG Regio, apresentava os ITI como uma *“ferramenta para **implementar estratégias territoriais de uma forma integrada**. Não se trata de uma operação nem de uma prioridade ou sub-prioridade de um Programa Operacional. Pelo contrário, os ITI permitem implementar Programas Operacionais de forma transversal recorrendo a fundos de vários eixos prioritários de um ou mais Programas Operacionais de modo a assegurar a **concretização de uma estratégia integrada para um território específico**. Por conseguinte, a existência de ITI proporciona flexibilidade em matéria de conceção de Programas Operacionais e permite a implementação eficaz de ações integradas através de financiamento simplificado”*.

Os ITI procuram **responder às necessidades de combater os desequilíbrios regionais e potenciar as capacidades e recursos** de todos os territórios e são concretizados através de Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial. Segundo recomendado pelo Parlamento Europeu em 2016, o ITI não deverá ser limitado, geograficamente, apenas a zonas urbanas, deverá ter um alcance sub-regional ou transnacional, sendo este o melhor instrumento para ter em conta as necessidades específicas dos territórios, trabalhando para o desenvolvimento dos mesmos, sempre próximo dos agentes e das comunidades locais.

### Objetivos gerais de um ITI

Os ITI são um mecanismo flexível para a elaboração de respostas integradas, tendo em vista as necessidades territoriais como o desenvolvimento urbano sustentável, podendo igualmente visar outros territórios com diferentes problemáticas. Deste modo podem assumir temas de especialização como as cidades, o mar, as florestas, o ambiente, as paisagens, entre outros.

O ITI tem como principal objetivo **dar resposta aos desequilíbrios regionais existentes e potenciar as mais valias e os recursos dos territórios**, alinhados numa estratégia sem fronteiras, com base em Estratégias de Desenvolvimento Territorial. Têm o intuito de assegurar a coerência entre todas as estratégias de âmbito local.

Desta forma pretende-se criar um quadro estratégico inter-regional, que garanta a coerência das intervenções, independentemente da forma como são implementadas.

Apresenta-se como objetivos gerais:

- ▶ Construção de um instrumento vocacionado para a transição climática;
- ▶ Colaboração inter-regional;
- ▶ Valorização dos recursos;
- ▶ Promoção da participação das comunidades e dos principais agentes do território;
- ▶ Desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento sustentável: baixo carbono, de prevenção e gestão de riscos, proteção do ambiente, adaptação às alterações climáticas;
- ▶ Estruturação do sistema urbano nacional, incluindo prestação dos serviços públicos e coletivos;
- ▶ Modernização da administração pública local;
- ▶ Promoção do emprego (sustentável e com qualidade) e reforço da coesão e inclusão social;
- ▶ Utilização integrada dos fundos.

É importante que os objetivos estabelecidos estejam em consonância com as **5 prioridades que orientam as políticas públicas para o desenvolvimento regional especificadas** na Figura 2.

Figura 2. Prioridades de orientação de políticas públicas para o desenvolvimento regional

- 1 Uma Europa mais inteligente**  
Por via da inovação, digitalização, transformação económica e apoio às PME.
- 2 Uma Europa mais “verde”, sem emissões de carbono**  
Por via da aplicação do Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas.
- 3 Uma Europa mais conectada**  
Por via de redes de transportes e digitais estratégicas.
- 4 Uma Europa mais social**  
Por via da concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde.
- 5 Uma Europa mais próxima dos cidadãos**  
Por via do apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável na UE.

Fonte: EY-Parthenon 2021, com base na Política de Coesão 2021-2027

### Pressupostos de um ITI

Segundo o Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021, relativo às Disposições Comuns, o reforço das abordagens integradas de desenvolvimento territorial, como os ITI, deverão basear-se em estratégias de desenvolvimento territorial e local. Os ITI podem ser de NUTS III, funcionais ou temáticos, como o caso do ITI do Algarve e Alentejo.

Para os ITI devem ser estabelecidos requisitos mínimos para o conteúdo das estratégias territoriais.

A **utilização eficaz dos ITI** poderá apenas ocorrer se a área geográfica de abrangência dispuser de uma estratégia territorial integrada e transversal, tendo como elementos chave:

- ▶ Um território;
- ▶ Uma estratégia de desenvolvimento do ITI;
- ▶ Um conjunto de ações a implementar;
- ▶ Um “envelope” financeiro associado;
- ▶ Um acordo de governação.

### A articulação do ITI funcional com outros instrumentos de política pública

O entendimento do conceito e operacionalização do ITI funcional/temático, pressupõe considerá-lo de uma ótica mais ampla, não se contendo nas fronteiras regulamentares do instrumento e das regras específicas do ITI. Assim, no sentido do pleno alcance dos objetivos subjacente a uma intervenção territorial integrada e fazer jus real à “integração”, esta poderá conter iniciativas estrategicamente contextualizadas e financiadas por outros instrumentos, tais como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Por outro lado, no mesmo sentido de maximização

dos resultados do ITI funcional/temático, torna-se fundamental a articulação com outros programas e iniciativas de base territorial como o PROVERE/PADRE, com o instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) rurais – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) – e com as parcerias para a coesão consagradas na RCM 97/2020 de 13 de novembro.

O “Acordo de parceria – Portugal 2030” (de 15 de novembro de 2021, em consulta pública), verifica-se a existência de **três figuras de ITI**, os ITI das Comunidades Intermunicipais (ITI CIM) – NUTS III Continente – os ITI Centros Urbanos – Centro Urbanos (e subsistemas urbanos) – os ITI das Áreas Metropolitanas (ITI AM) – Área Metropolitana de Lisboa e Porto – e os ITI Funcionais ou Temáticas – inter-NUTS II e territórios a estruturar do PNPOT (Quadro 1).

O ITI do Algarve e Alentejo, é um dos instrumentos territoriais que podem ser mobilizados no âmbito do Acordo de Parceria, enquadrando-se nos ITI funcionais ou temáticos de contratualização opcional. O foco dos ITI funcionais ou temáticos deverá estar concentrado nos investimentos estruturantes de interesse comum para os territórios inter-NUTS II (e territórios a estruturar identificados no PNPOT).

As intervenções que têm por base instrumentos territoriais, no âmbito dos ITI, “podem mobilizar domínios do Objetivo Estratégico 1 (uma Europa mais competitiva), do Objetivo Estratégico 2 (uma Europa mais verde) e do Objetivo Estratégico 4 (uma Europa mais social), seja através da programação financeira de elegibilidade desses OP no OP5 – Portugal + Próximo, seja por mobilização direta dessas elegibilidades quando programados nos respetivos OP”. Podendo ser financiado pelo FEDER, FEADER, FSE+, FEAMPA, PRR e outros.

Quadro 1. Resumo dos instrumentos territoriais mobilizados no Acordo de Parceria – Portugal 2030

	Contratualizado			Contratualização Opcional		
	ITI CIM	ITI Centros Urbanos	ITI AM	Valorização de Recursos Endógenos	ITI Funcional ou Temático	Parcerias para a Coesão
<b>Principais Desafios</b>	Reforço das redes sub-regionais e intermunicipais na ótica dos Serviços de Interesse Geral Intervenções transversais da esfera municipal e intermunicipal	Reforço da hierarquia da rede urbana e afirmação de domínios de especialização e competitividade Dimensão Climática e Riscos	Reforço das redes de Serviços de Interesse Geral Reforço da hierarquia da rede urbana e afirmação de domínios de especialização Intervenções transversais da esfera municipal e intermunicipal	Valorização dos recursos endógenos Reforço dos subsistemas económicos	Intervenções territoriais em função da Natureza dos resultados	Valorização transversais de esfera municipal, densificação de intervenções e reforço de redes de atores sub-regionais
<b>Focos</b>	Estruturação de Serviços de Interesse Geral Intervenções Urbanas9 Dinamização de recursos territoriais Transporte Flexível (acesso a SIG) Dinamização dos mecanismos de proximidade na entrega sub local de políticas em particular ao nível dos espaços de cidadão nas Freguesias, podendo contemplar outros investimentos em equipamentos de serviço de proximidade com a população	Competitividade urbana e internacionalização, Serviços diferenciados, mobilidade urbana intermodal, estratégias de descarbonização	Estruturação de Serviços de Interesse Geral Regeneração Urbana Descarbonização e eficiência energética Mobilidade ativa, Transporte Flexível (acesso a SIG) Competitividade urbana Serviços diferenciadores Dimensão ambiental e Climática	Estratégias de valorização dos recursos endógenos (PROVERE)	Investimentos estruturantes de interesse comum em função da estratégia	Ações de proximidade entre atores e territórios, procurando incentivar abordagens inovadoras (económicas e/ou sociais) e reforço da capacitação para a ação
<b>Territórios</b>	NUTS III Continente (incluindo Freguesias Rurais e Urbanos do continente)	Centros Urbanos (e subsistemas urbanos)	AML, AMP	Funcional ou NUTS III	Inter-NUTS II e territórios a estruturar do PNPOT	Sub NUTS III e supra municipal
<b>Escala territorial</b>	NUTS III CIM	Centros Urbanos e subsistemas	NUTS III	Funcional ou NUTS III	Inter-NUTS II e territórios a estruturar do PNPOT	Sub NUTS III e supra municipal
<b>Abrangência</b>	Norte, Centro, Algarve e Alentejo	Todo o território	AML, AMP	Todo o território		Todo o território
<b>Instrumento regulamentar</b>	ITI – CIM - DUS	ITI Urbano - DUS	ITI AM - DUS	PROVERE	ITI Funcional ou Temática	Parcerias para a Coesão
<b>Objetivo estratégico</b>	OP 1, 2, 4 e 5	OP 1, 2 e 5	OP 2 e 5	OP 5	OP 1,2,4 e 5	OP 5
<b>Fundos</b>	FEDER, FSE+	FEDER	FEDER	FEDER	FEDER, FEADER, FSE+, FEAMPA, PRR, Outros	FEDER (incluindo Tipologias FSE+)
<b>Articulação com outros instrumentos</b>	PRR	PRR	PRR	PRR, FEADER, FEAMPA, outros	Outros ITI, PRR, FEADER, FEAMPA, PRR, Outros	PRR, FEADER, FEAMPA, outros

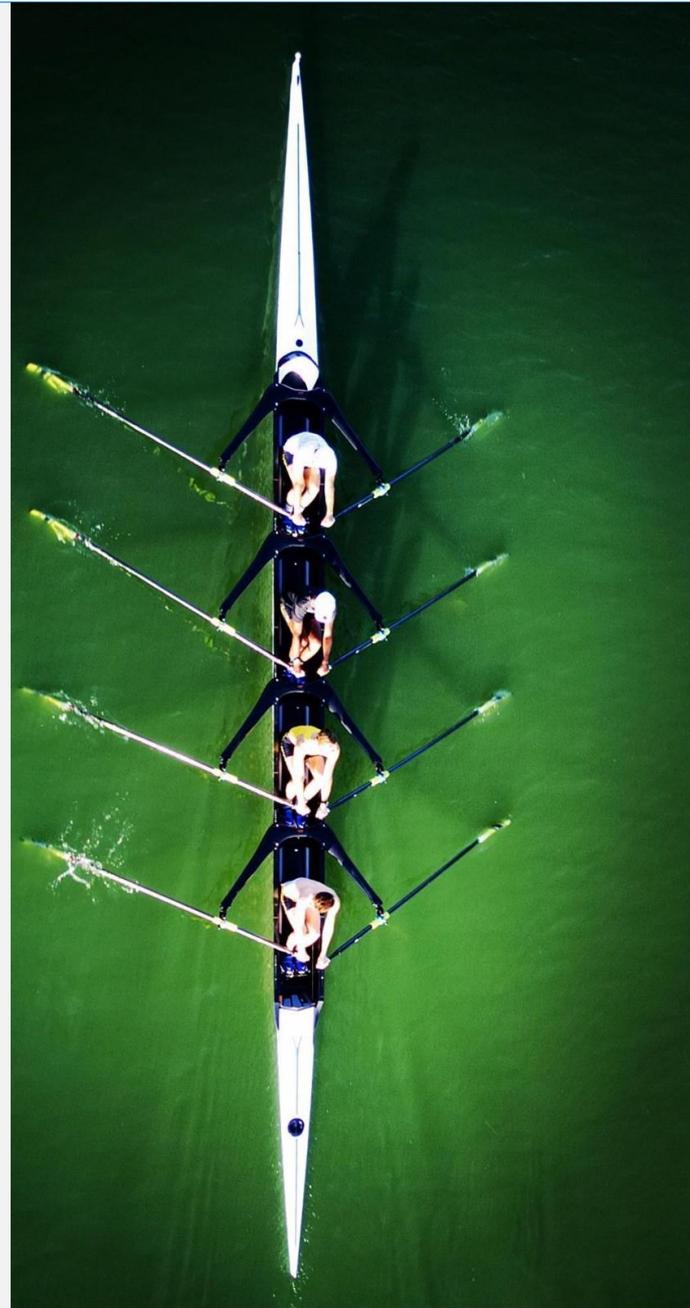
Fonte: Portugal 2030, versão *draft* do Acordo de Parceria (consulta pública), 15 de novembro de 2021

## 2. A pertinência do ITI do Algarve e Alentejo: foco estratégico e temático

A pertinência do ITI do Algarve Alentejo, do ponto de vista estratégico e temático é apresentada neste capítulo. Parte-se da descrição do processo de reconhecimento conjunto da relevância do ITI em termos institucionais e estratégicos e apresenta-se um conjunto de argumentos que justificam o foco estratégico e temático da abordagem territorial integrada.

2.1. O reconhecimento conjunto da pertinência do ITI do Algarve e Alentejo

2.2. O ITI do Algarve e Alentejo e o seu foco estratégico e temático



## 2.1. O reconhecimento conjunto da pertinência do ITI do Algarve e Alentejo

No contexto da construção das estratégias de desenvolvimento territorial do Algarve e Alentejo para 2030, a **construção de um ITI funcional/temático assumiu-se como uma solução de especial relevância para ambas as regiões** e com um impacto de significativo potencial para os territórios de fronteira, onde se identificam desafios, necessidades e recursos comuns.

Neste contexto, reconheceu-se, conjuntamente, a **pertinência de conceber um ITI com características funcionais e temáticas**, nos moldes previstos no quadro regulamentar europeu e nacional, sendo para tal, necessário:

- ▶ a consensualização do conceito e foco estratégico funcional-temático do ITI;
- ▶ a delimitação do território abrangido pelo ITI;

- ▶ a identificação de objetivos específicos, ações tipo e objetivos operacionais para a operacionalização do ITI;
- ▶ a definição de um modelo de governação coerente, com envolvimento dos principais atores e protagonistas regionais.

A pertinência de elaborar um ITI para o Algarve e Alentejo prende-se com a necessidade **de responder aos desafios partilhados que a área geográfica** correspondente ao território da CCDR Algarve e CCDR Alentejo enfrenta, em particular, nas áreas da demografia, da competitividade, da coesão e da sustentabilidade ambiental. O conjunto destes desafios, assim como a relevância da construção do ITI em questão, encontram-se detalhados na Caixa 1 que se segue e devidamente previstos nas estratégias 2030 de ambas as regiões.

### Caixa 1. O ITI do Algarve e Alentejo: desafios e relevância

O incentivo ao desenvolvimento de ações conjuntas com regiões vizinhas proposto no âmbito do OP5, motivou o trabalho empreendido com a CCDR Alentejo para a conceção estratégica, em curso, de uma proposta de Intervenção Territorial Integrada (ITI), em torno dos desafios da água, que emergem da vulnerabilidade dos territórios a abarcar, que integram, total ou parcialmente, concelhos das NUTSIII do Baixo Alentejo, Litoral Alentejano e do Algarve.

Estes territórios enquanto espaço de resiliência aos efeitos das alterações climáticas, onde o elemento água possui um papel central, caracterizam-se pelas distintas orografias, por constituírem fonte de inúmeros recursos minerais, por concentrarem a nascente de linhas de água fundamentais para as bacias dos rios Guadiana, Sado e Mira e de inúmeras ribeiras do Algarve, além do papel de retenção assumido pelas reservas de água subterrânea, em particular no Algarve. A biodiversidade é preponderante neste território, constituindo o Parque Natural do Vale do Guadiana e as duas paisagens protegidas locais da Rocha da Pena e da Fonte Benémola, espaços de preservação e conservação dos valores naturais por excelência, a que acrescem as serras do Cercal, Espinhaço de Cão, Monchique, Caldeirão e Monte Figo, salientando-se a importância dos habitats e espécies aí existentes, que justificam a sua integração em Rede Natura 2000.

(...)

Esta ITI deverá promover ações concertadas de aumento da resiliência dos ecossistemas aos efeitos das alterações climáticas, associando a proteção e valorização dos corredores ecológicos, a redução ou minimização de vulnerabilidades e riscos resultantes de fenómenos extremos e a promoção de intervenções e atividades económicas sustentáveis, pela gestão eficiente no uso da água (na procura); pela otimização e eficiência nos sistemas de captação e distribuição e pela promoção da reutilização de águas residuais (na oferta), assegurando o bom estado ecológico das massas de água.

(...)

A ITI Água, deverá contribuir para promover e atrair investimento inovador e demonstrador, coincidente com as especificidades e com as atividades predominantes nos territórios abrangidos, valorizando e densificando as cadeias de valor dos recursos e/ou produtos locais, com fatores de inovação e design, que estimulem a promoção territorial e empresarial em mercados internos e externos e atraiam novos residentes, qualificados e empreendedores, para reverter os progressivos processos de perda registados.

Neste desígnio inter-regional que deverá ser articulado com as demais abordagens territoriais integradas, procurar-se-á salvaguardar valores, materiais e imateriais, características identitárias comuns e transversais, que se prolongam além das fronteiras físicas e administrativas, devendo por isso ser olhadas de forma una e conjunta, mitigando limitações burocráticas e favorecendo as comunidades locais, as empresas, as organizações do território e a produção científica local, aliando o trabalho desenvolvido em prol da inovação territorial pelos clusters, centros de competências e grupos operacionais.

Esta abordagem integra-se num quadro catalisador proporcionado pelo OP5, mobilizando em simultâneo os OP1, 3 e 4. Numa lógica plurifundo, considera-se fundamental integrar toda a arquitetura de financiamento dos FEEI, independentemente da sua proveniência em termos financeiros, mas que sirva as duas regiões e propicie um planeamento integrado e concertado das políticas públicas e ações a adotar. O foco deverá alocar-se aos objetivos a atingir e não aos atores a envolver na sua gestão, que devidamente mobilizados e sem restrições de âmbito, podem potenciar resultados e aumentar níveis de desempenho e de convergência inter-regional. Com este fim, além das duas CCDR, foram envolvidas na discussão estratégica, as ADL das duas regiões com responsabilidade na gestão dos Grupos de Ação Local Rurais.

Fonte: Algarve 2030 – Estratégia de Desenvolvimento Regional e Estratégia Regional Alentejo 2030

## 2.2. O ITI do Algarve e Alentejo e o seu foco estratégico e temático

### O Porquê do ITI

A RCM 97/2020 de 13 de novembro, nas suas alíneas a) e b) do número 9, indica que podem ser definidos **modelos flexíveis de programação de base territorial para dar resposta a problemas territoriais específicos**, visando a *“resolução de debilidades estruturais específicas de determinados territórios, incluindo económicas, sociais e ambientais e, numa ótica de seletividade, privilegiando territórios funcionais para estratégias de competitividade territorial e valorização económica de recursos endógenos”*. Aqui é também referido que a concretização das estratégias e investimentos estruturantes, deverão garantir o envolvimento de *“mais do que uma NUTS III”*.

Tendo como mote o intuito de dar **resposta aos desequilíbrios e constrangimentos das regiões**, potenciando as mais valias e os seus recursos, o próximo quadro de programação 2021- 2027 e uma contínua aposta em instrumentos territoriais de proximidade, tendo por base uma abordagem em mais do que um fundo e objetivo, demonstram, por si só, a importância da construção do ITI.

Os constrangimentos e as oportunidades territoriais partilhados entre as regiões NUTS II do Algarve e do Alentejo levou a uma ação concertada, no sentido de desenvolver um ITI para o território, que responda aos seus constrangimentos e que alavanque as suas potencialidades.

O processo de construção do ITI nasce igualmente do envolvimento dos principais atores e dos Grupos de Ação Local da região, pelo seu importante papel e experiência no território. Foi unânime, entre todos os intervenientes, que o ITI se devia concentrar em torno de duas questões prementes partilhadas entre o Algarve e o Alentejo, **a água e os ecossistemas de paisagem**, respondendo às implicações diretas que estes dois temas têm sobre os territórios e as pessoas. É esperado que, alavancado a estes dois temas, sejam criadas soluções inovadoras, geradoras de conhecimento e riqueza, responsáveis por transformar a região num atrativo, sustentável e eficiente, não esquecendo as questões relacionadas com a coesão económica, social e territorial.

### O porquê do ITI do Algarve e Alentejo

A necessidade de desenvolvimento de um ITI para o Algarve e Alentejo é alavancada por um conjunto de fatores que vão **desde as problemáticas e potencialidades da região, até às assimetrias territoriais e às dicotomias entre a serra e o barrocal**, partilhadas por ambas as regiões.

Em **matéria de constrangimentos/problemáticas** que o território enfrenta e que sustenta não só a necessidade de um ITI, como a pertinência do tema, é possível observar na região questões complexas, derivadas da própria organização dos povoados.

Os aglomerados populacionais de pequena dimensão dispersos pelo território, apresentam algumas **questões sensíveis à qualidade de vida dos residentes e do próprio ambiente** que importa mitigar. Atualmente muitos destes pequenos aglomerados, localizados por exemplo na zona da serra, não possuem sistemas de drenagem de águas residuais, levando, por consequência, a descargas diretas nos solos, que por meio do processo de infiltração acabam contaminados, pondo em causa o sistema produtivo, ou levando a descargas diretas nas linhas de água, prejudicando a qualidade da mesma.

Ainda alicerçado na **problemática água**, a escassez deste fundamental recurso, motivado por baixas precipitações anuais, resultando em fenómenos extremos de seca, contribui para a elevada erosão dos solos, problemas graves no abastecimento da população e no reabastecimento dos aquíferos subterrâneos. É de notar assim uma intensificação das consequências das alterações climáticas, comprometendo a produtividade dos solos, levando por vezes ao abandono das terras e a uma fraca capacidade produtiva e atrativa.

Na zona do Barrocal, por exemplo, onde se localizam alguns dos **importantes sistemas aquíferos subterrâneos**, que se constituem como um dos principais pontos de água para a rega e importantes reservas estratégicas para o abastecimento da rede pública, sofrem atualmente com problemas que vão desde a escassez à contaminação, por meio de descargas ilegais.

Na zona da serra é já possível observar um carácter temporário de algumas linhas de água, durante os longos períodos de seca, **comprometendo os sistemas de regadio e os ecossistemas naturais, terrestres e fluviais**. É aqui também que o território se depara com graves **constrangimentos provocados pelos incêndios**, originando vastas áreas de incultos composto de mato ou floresta desordenada, sendo por isso urgente que se intervenha ao nível da salvaguarda e da preservação florestal.

A região observa ainda, em termos demográficos, uma **inversão**, sobre o que seria expectável, da **estrutura da sua pirâmide etária**, uma base cada vez mais estreita e um todo cada vez mais largo (pirâmide etária decrescente, ou em forma de urna), por outras palavras estamos perante uma estrutura etária envelhecida.

Mantém, no entanto, o seu tradicional **modelo de povoamento disperso, de baixa densidade**, associado aos montes e a pequenos aglomerados ligados a uma menor dimensão de propriedade de terra, levando a graves prolemas sociais como o isolamento.

Observa-se igualmente o **abandono de atividades associadas à pequena propriedade** e à perda de produtividade dos solos, originando vastas áreas de incultos, por exemplo de mato ou floresta, aumentando o risco de incêndios.

No entanto, o ITI não se revela apenas importante para a mitigação dos constrangimentos apontados anteriormente, existe igualmente um conjunto de **potencialidades que importa proteger e alavancar**. O território é um importante corredor ecológico e um espaço de aprovisionamento de água e rico em biodiversidade, seja ela fauna ou flora, é composto por uma rede hidrográfica densa que alimenta importantes troços de água, como o Guadiana, o Mira e as inúmeras ribeiras que compõem o sistema hidrológico algarvio, que alimenta importantes reservatórios subterrâneos de água.

O seu **património natural é outra característica marcante da paisagem**, materializado num conjunto de parques naturais e paisagens protegidas, que importa gerir, conservar e potencializar, como sendo o Parque Natural do Vale do Guadiana ou do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e as Áreas de Paisagem Protegidas da Rocha da Pena e Fonte Benémola.

Como observado a **pertinência do ITI do Algarve e Alentejo justifica-se pela necessidade urgente de uma ação concertada entre as duas regiões**, que partilham entre si desafios e oportunidades comuns e que por meio do próximo quadro comunitário possuem um mecanismo de intervenção territorial capaz de apoiar a transformação para um território sustentável, autossuficiente, inteligente e atrativo, capaz de prover soluções inovadoras para o que o constrange.

### O foco estratégico e temático

Através de processos de auscultação e de reflexão interna sobre as problemáticas e as potencialidades da região, o consenso entre regiões foi claro, quanto ao foco estratégico e temático do ITI, a **água e os ecossistemas de paisagem**, tendo também implícito o **combate à perda populacional e económica destes territórios** (Figura 3).

A **água representa um dos recursos de maior valor no mundo**, contribuindo em muito para o desenvolvimento dos territórios, em particular de génese rural e de baixa densidade. As implicações das alterações climáticas, nomeadamente no que concerne aos baixos níveis de precipitação, apresentam

consequências graves no abastecimento das linhas de água e dos aquíferos, com implicações diretas nos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e para a rega.

Os períodos de seca extrema, resultado dos baixos níveis de precipitação, acompanhados pela ausência de planeamento, de gestão e conservação das linhas de água, revelam a necessidade urgente de intervir nos corredores que nascem nas zonas serranas, já que as reabilitações das redes hidrográficas são muito importantes para acautelar os serviços de ecossistema.

A escassez de água tem implicações diretas na vida dos habitantes e no setor primário da economia da região. Inevitavelmente, assistimos a um aumento da pressão exercida sobre os recursos hídricos disponíveis, motivado em alguns casos devido ao recurso, por parte das populações, a formas mais comprometedoras das disponibilidades e da qualidade dos recursos hídricos, como sendo os furos ilegais de captação de água.

A **necessidade de transformação dos ecossistemas de paisagem**, assume uma particular relevância no contexto regional. Os ecossistemas verdes representam, em ambas as regiões, importantes repositórios de biodiversidade, contribuindo para a absorção e captura de dióxido de carbono da atmosfera, reduzindo a presença do mesmo no ar. Representam ainda uma **reserva ecológica para uma nova economia verde**, através do aproveitamento sustentável dos recursos naturais endógenos. Deste modo, revela-se fundamental, por meio da concretização e implementação do ITI, a criação de corredores verdes, visando a proteção na região das suas áreas protegidas, das florestas e dos seus ecossistemas, dos corredores ecológicos associados às bacias hidrográficas e de todos os habitats naturais.

Justifica-se assim, como observado, a temática da água e dos ecossistemas de paisagem como a estratégia de intervenção do ITI do Algarve e Alentejo. O ITI pretende, deste modo, intervir sobre a escassez de água, implementando melhores práticas de gestão, controlo e armazenamento de água nos solos, para posterior distribuição e mitigação dos efeitos de erosão do solo, em muito relacionados com os processos de desertificação, sobre o qual se destaca a existência de um Centro de Competências dedicado à luta contra a desertificação sediado em Alcoutim. A intervenção não descarta a promoção do uso sustentável e responsável da água, mitigando problemas como a sua contaminação. As iniciativas devem assentar numa base primária de produção local de conhecimento e de investigação e desenvolvimento, numa ótica de fixação de investimento, população e criação de emprego, promovendo a sustentabilidade do território, a competitividade e a coesão territorial.

No que concerne aos ecossistemas de paisagem, o ITI pretende intervir através da **valorização do capital natural e dos serviços da região**, numa abordagem integrada com vista à recuperação das áreas ardidas e paralelamente à manutenção dos ecossistemas florestais e das zonas de maior vulnerabilidade ambiental, invertendo as condições de degradação dos ecossistemas, que colocam em causa a fauna e flora, bem como os sistemas produtivos assentes no ambiente, paisagem, floresta e agricultura.

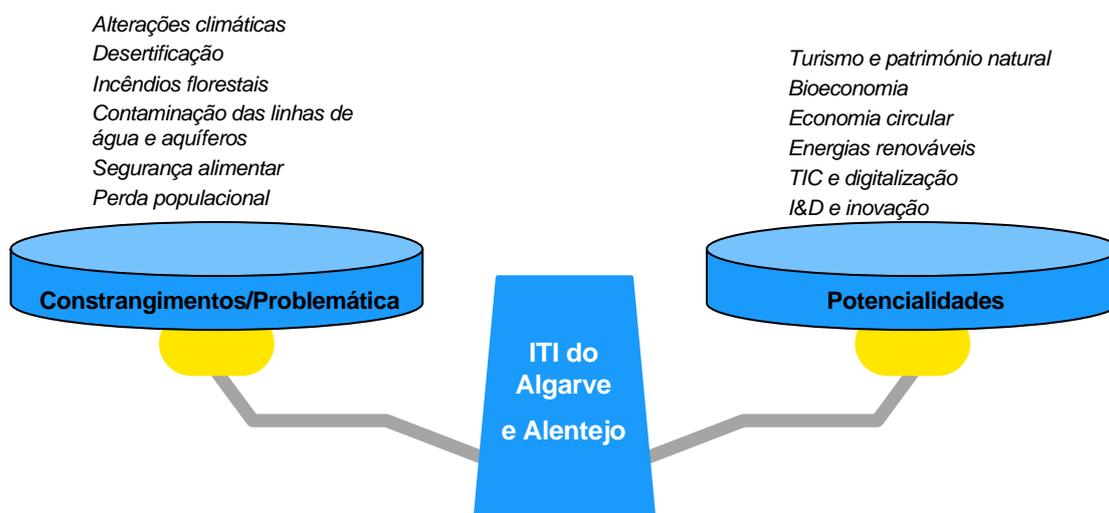
A **vertente demográfica é também um foco relevante do ITI do Algarve Alentejo**, nomeadamente, no reforço da atratividade dos territórios alvo da intervenção, com a coesão territorial e social a ser uma prioridade no âmbito dos resultados a alcançar.

A acrescentar, **os desafios relacionados com a inovação**

**e investigação** associada ao objeto de intervenção do ITI, assim como a **capacitação de instituições e recursos humanos** e a colocação da **transformação digital, do data e da tecnologia** na preservação, valorização e desenvolvimento dos recursos mencionados.

As questões da água e dos ecossistemas de paisagem, ambiente e desenvolvimento sustentável estão na base de muitas das políticas europeias e nacionais, de modo a que se assuma um compromisso claro no que toca à **transição justa e à atenuação das alterações climáticas**. Não sendo as regiões do Algarve e do Alentejo exceção, o ITI tem foco, quase exclusivo, nestas questões, sendo por isso uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável da região, do país e da Europa.

Figura 3. Questões chave para a concretização do ITI e foco temático



Fonte: EY-Parthenon 2021

A par do mencionado no ponto anterior (2.1.) **o foco estratégico e temático do ITI encontra-se enquadrado e alinhado com a OP2 Portugal + Verde**, do Acordo de Parceria de 15 de novembro de 2021 (em consulta pública atualmente), e com **a Agenda 3 – Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos, da Estratégia Portugal 2030**.

Assim como exposto no Acordo de Parceria, a Agenda encontra-se focada nas questões da transição climática e da sustentabilidade e uso eficiente dos recursos, abrangando a **transição energética**, por via da descarbonização, eficiência energética e mobilidade sustentável, **a gestão hídrica e o ciclo urbano da água, a economia circular, a proteção da natureza e biodiversidade e a gestão de riscos**.

Tendo em conta os temas que a Agenda abarca, esta enquadra-se no OP2 – Portugal + Verde do Acordo de Parceria. A sua concretização encontra-se no Portugal 2030 e segundo o Acordo de Parceria, em consulta pública, “realizar-se-á no Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade, no Programa Inovação e Transição Digital, nos programas regionais e no Programa Mar. Esta agenda absorve 4,8 mil milhões de euros do Acordo de Parceria, aproximadamente 21% do total dos fundos de coesão”.

O OP 2 é composto por um conjunto de Objetivos Específicos (OE), sendo que em alguns é clara a preocupação com o tema da água.

Em concreto a questão da água encontra-se patente no OE 2.4. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção dos riscos de catástrofes, a resiliência,

levando em consideração abordagens baseadas no ecossistema, referindo de forma clara a **“a utilização sustentável das águas constitui um verdadeiro desafio para a gestão dos recursos hídricos, tendo em conta os usos atuais e futuros e a sua conjugação com os cenários de alterações climáticas, em particular no que se refere à prevenção e gestão de riscos associados ao clima”**.

Os principais objetivos a alcançar por meio do OE 2.4. no âmbito da água e que se encontram em total consonância com a temática do ITI são:

- ▶ “Melhoria da qualidade das massas de água;
- ▶ Reabilitação e valorização da rede hidrográfica;
- ▶ Minimização de riscos de cheias e inundações;
- ▶ Aumento da resiliência aos efeitos das secas;
- ▶ Contenção de espécies invasoras;
- ▶ Segurança de barragens”.

Encontra-se igualmente vertida no OE 2.5. Promover o acesso e a gestão sustentável da água, nas questões que se prende com o nível de estruturação das entidades gestoras, e claro os problemas relacionados com as **“alterações climáticas (escassez, degradação das massas de água, maior risco de ocorrência de inundações), a necessidade de controlo dos poluentes emergentes, a necessidade de maior circularidade e a valorização ambiental e territorial dos serviços”**. Este OE mobilizará o FEDER e poderá ser mobilizado pelo Programa do Alentejo e Algarve, tal como evidenciado no Acordo de Parceria.

O OP2 abarca ainda as questões dos ecossistemas, biodiversidade e ambiente, por exemplo, nomeadamente através do OE 2.4. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção dos riscos de catástrofes, a resiliência, levando em consideração abordagens baseadas no ecossistema, apresentando, entre outros, o seguinte resultado a atingir: o reforço da proteção civil e da ação dos agentes **“cabendo-lhes, nessa qualidade, a execução de ações de proteção a pessoas, animais e bens, sobretudo prevenindo riscos e reforçando o papel das florestas no combate às alterações climáticas e na proteção da biodiversidade”**.

Destaca-se ainda o OE 2.7 Reforçar a proteção e a preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, incluindo em áreas urbanas, e reduzir todos os tipos de poluição. Tal como o ITI, este OE pretende reforçar a proteção da natureza, da biodiversidade e das infraestruturas verdes, assumindo como fundamental estancar a perda de biodiversidade.

Este OE mobilizará também FEDER e poderá ser mobilizado pelo Programa do Alentejo e Algarve, tal como evidenciado no Acordo de Parceria.

### 3. O território do ITI do Algarve e Alentejo

A delimitação territorial do ITI do Algarve e Alentejo é um elemento fundamental na garantia da operacionalidade e identidade do instrumento definido. Este capítulo visa delimitar, de forma coerente e fundamentada, o território relevante à intervenção e conhecer os respetivos desafios, características paisagísticas, patrimoniais e estatísticas.

O ponto de partida assumido é o referencial do “Projeto Cordão Verde” sendo, posteriormente explorados e caracterizados alguns cenários possíveis, incluindo o território inicial.

#### 3.1. O território de partida

#### 3.2. A cenarização do território de intervenção



### 3.1. O território de partida

A presente análise incide sobre os limites territoriais do “Projeto Cordão Verde”, território base para a delimitação do ITI do Algarve e Alentejo. O objetivo é partir desta primeira abordagem, que corresponde a uma primeira hipótese e evoluir para um conjunto de cenários possíveis para a delimitação do território ITI (mais ou menos restrito, baseado em critérios de “recursos”, administrativos ou de baixa densidade, ou outros considerados relevantes).

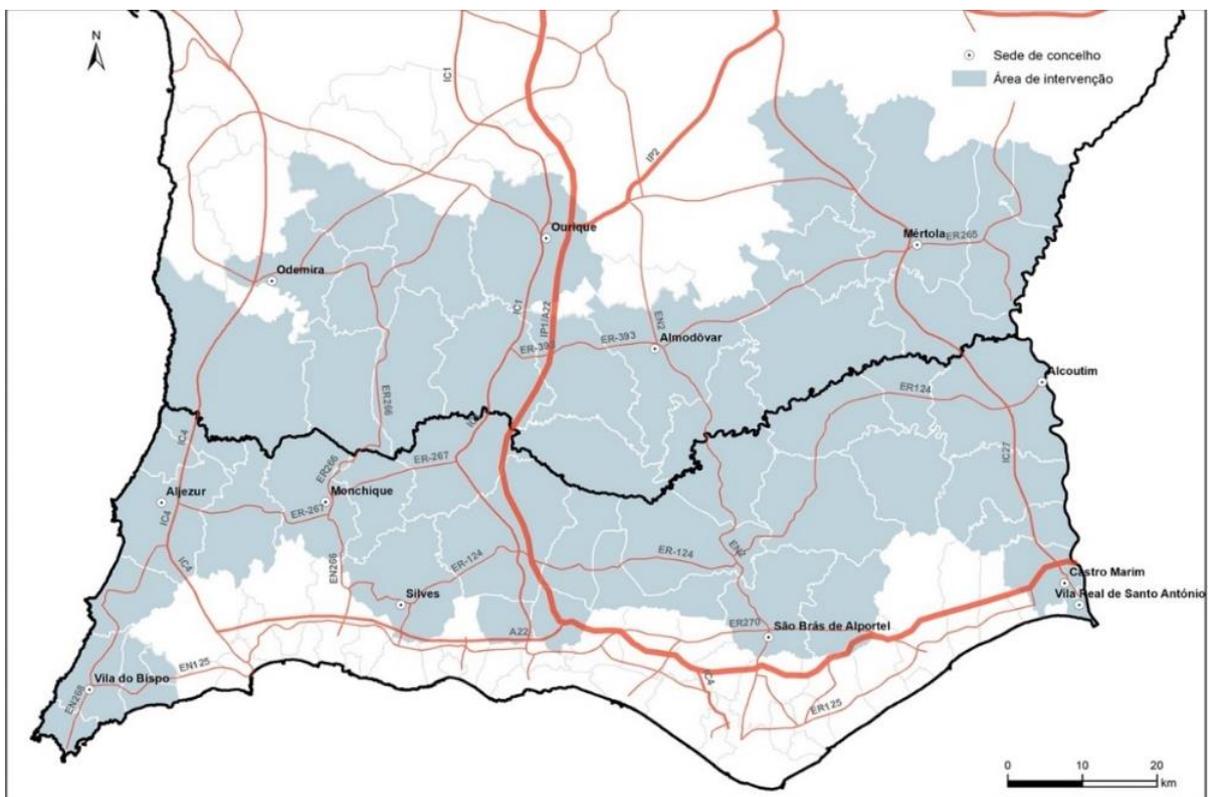
A delimitação do território de intervenção pertinente é uma das condições de conceção estratégica da abordagem ITI. Neste ponto de partida territorial considerou-se que este território abarca uma área mais restrita, entre as NUTS II do Algarve e do Alentejo, potencialmente envolvendo concelhos das NUTS III do Baixo Alentejo, Litoral Alentejano e Algarve, ponderando-se desde a Costa Vicentina à fronteira com Espanha, tendo o Rio Guadiana como limite, abrangendo as zonas da serra e do barrocal.

O território base, na sua proposta inicial, é constituído por **duas regiões NUTS II (Alentejo e Algarve) e as três regiões NUTS III do Baixo Alentejo, Litoral Alentejano e Algarve**, abrangendo na totalidade ou em parte os concelhos de: Odemira (freguesias de: S.

Teotónio; Santa Clara a Velha; Saboia; Luzianes Gare; S. Martinho das Amoreiras; Relíquias; e São Salvador/Santa Maria), de Ourique (freguesias de: Ourique; e Santana da Serra), de Almodôvar (freguesias de: S. Barnabé; Santa Cruz; Almodôvar/Graça dos Padrões; e Stª Clara-a-Nova/Gomes Aires), de Mértola, de Aljezur, de Vila do Bispo, de Monchique, de Silves (freguesias de: São Marcos da Serra; São Bartolomeu de Messines; Silves; UF Algoz e Tunes), de Albufeira (freguesia de Paderne), de São Brás de Alportel, de Loulé (freguesias de: Alte; Ameixial; Salir; e Querença/Tôr/Benafim), de Tavira (freguesias de: Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo), de Castro Marim (freguesias de: Azinhal; Castro Marim e Odeleite), de Vila Real de Santo António (freguesia de Vila Real de Santo António) e de Alcoutim (Figura 4).

Importa, para estes territórios (ou um subgrupo dos mesmos, de acordo com a formulação final de *território-alvo*) a criação de uma estratégia articulada, assente em operações conjuntas de desenvolvimento territorial, em estreita ligação com os principais agentes locais.

Figura 4. Território base de intervenção do ITI do Algarve e Alentejo (“Projeto Cordão Verde”)



Fonte: Projeto Cordão Verde, Água e Ecossistemas de Paisagem - Proposta de Intervenção Territorial Integrada

A intervenção no território enquadrado no ITI irá permitir o alcance das metas europeias para o Pacto Ecológico Europeu, integrando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, através, por exemplo, da criação de sinergias entre temas como a economia e o emprego com a sustentabilidade ambiental, as alterações climáticas, a neutralidade carbónica, a conservação da natureza ou a gestão de riscos.

Este território enfrenta grandes **desafios resultantes do nível do envelhecimento da população**, dos elevados **índices de dependência e da escassez de água** e do conseqüente aumento dos processos de desertificação, intensificado pelas alterações climáticas, que resultam em períodos de seca extrema, embora intercalados por períodos de precipitação elevada. São ainda de destacar os **elevados riscos de erosão do solo**, que a par das secas extremas, conduzem ao aumento do risco de incêndios

Embora tais constrangimentos/desafios sejam uma realidade atual, estamos perante um **território que partilha entre si características únicas**, que vão desde a orografia, à paisagem ou à biodiversidade.

A região é marcada por uma paisagem orográfica que se destaca pelas extensas planícies alentejanas, o litoral recortado ou as serras. É rico em minérios e nas suas culturas e tradições, como sendo a escrita do Sudoeste, ou o cantar das janeiras. É um importante corredor ecológico, caracterizado pela sua provisão de biodiversidade, pelo aprovisionamento de água, resultante das inúmeras nascentes que alimentam importantes cursos de água, como sendo o Rio Guadiana ou Mira e as muitas ribeiras que contemplam a região do Algarve. Possui ainda um importante reservatório subterrâneo de água, que deverá ser cuidado e tratado, assim como as restantes nascentes e cursos de água que se querem seguros, para colmatar os problemas de seca.

A paisagem contempla Parque Natural do Vale do Guadiana, pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pelas Paisagens Protegidas da Rocha da Pena e Fonte Benémola, ou pelas Serras de Espinhaço de Cão, Monchique, Caldeirão ou de Monte Figo, por exemplo. Representam importantes fontes de biodiversidade que importa preservar em prol da sustentabilidade do território.

Importa realçar que o território apresenta dinâmicas de perda e envelhecimento da população, apresentado um modelo de ocupação disperso e de

baixa densidade, impulsionando questões como o isolamento.

Estamos, assim, perante um território que necessita de uma **intervenção que olhe para o todo, sem fronteiras, de modo a responder aos constrangimentos e às potencialidades** que partilham entre si.

Após o anterior contexto importa entender, face ao âmbito do presente ITI do Algarve e Alentejo, o porquê de este ser o território base de intervenção, analisando com detalhe alguns instrumentos, que tendo em conta o âmbito do ITI, permitem a justificação do mesmo<sup>2</sup>.

A Reserva Agrícola Nacional (RAN), corresponde a uma restrição de utilidade pública. Os territórios delimitados apresentam características agroclimáticas, geomorfológicas e pedológicas, detendo uma maior aptidão para a atividade agrícola. À sua delimitação estão implícitas um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, representando uma ferramenta fundamental para a proteção do solo e da sua afetação à agricultura.

Uma **análise às RAN delimitadas nas Regiões do Algarve e Alentejo**, permite observar que ao nível da região Alentejo, os concelhos, abrangidos pelo território base, que se encontram com RAN delimitada e aprovada são Odemira (quase a totalidade do litoral), e parte da zona norte do concelho de Almodôvar. Quanto à região do Algarve destaca-se a totalidade do concelho de Aljezur, parte do concelho de Silves, zona norte de Castro Marim e Vila Real de Santo António.

**Todos os concelhos do território base pertencentes à região do Alentejo possuem RAN em vigor**<sup>3</sup>: 61% do concelho de Odemira com RAN em vigor; 50% do concelho de Mértola com RAN em vigor; 46% do concelho de Ourique com RAN em vigor; 61% do concelho de Almodôvar com RAN em vigor.

A Reserva Ecológica Nacional (REN) corresponde a uma restrição de utilidade pública. A REN é estrutura biofísica que integra áreas de valor e sensibilidade ecológica ou áreas suscetíveis a riscos naturais e que, por isso, necessitam de uma proteção especial.

**Na região do Algarve, todos os concelhos do território base têm em vigor as suas delimitações da REN**<sup>4</sup>: 41% do concelho de Albufeira com REN em vigor; 43% do concelho de Alcoutim com REN em vigor; 54% do concelho de Aljezur com REN em vigor;

<sup>2</sup> As análises podem extravasar os limites do presente ITI do Algarve e Alentejo, pois os limites dos instrumentos analisados não coincidem na totalidade com a delimitação do território de intervenção.

<sup>3</sup> Informação proveniente da CCDR Alentejo.

<sup>4</sup> Informação proveniente da CCDR Algarve.

52% do concelho de Castro Marim com REN em Vigor<sup>5</sup>; 84% do concelho de Monchique com REN em vigor; 32% do concelho de Loulé com REN em vigor; 66% do concelho de São Brás de Alportel com REN em vigor; 69% do concelho de Silves com REN em vigor; 80% do concelho de Tavira com REN em vigor; 80% do concelho de Vila do Bispo com REN em vigor; 47% do concelho de Vila Real de Santo António com REN em vigor.

Através das estatísticas de Uso e Ocupação do solo do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) para 2018, é possível depreender que no território base do ITI existe uma **clara predominância de uso florestal** (Quadro 2), com destaque para o concelho de Monchique (66% do seu território ocupado por esta classe), de São Brás de Alportel (57% do seu território ocupado por esta classe) e Odemira (56% do seu território ocupado por esta classe). No que concerne aos territórios artificializados, com exceção de Albufeira, onde esta classe representa 22% do território do concelho, os restantes **concelhos que compõem o território de intervenção assumem funções de solo rústico**. Têm maior

representatividade as áreas agrícolas – com destaque para o concelho de Albufeira (52% do território ocupado com este uso) – áreas de pastagens com destaque para o concelho de Ourique (24% do território ocupado com este uso) – superfícies agroflorestais com destaque para o concelho de Almodôvar (26% do território ocupado com este uso) – Área Florestal com destaque para o concelho de Monchique (66% do território ocupado com este uso) – áreas de matos com destaque para o concelho de Vila do Bispo (41% do território ocupado com este uso).

As classes menos representativas correspondem aos espaços descobertos ou com pouca vegetação e zonas húmidas, que representa 3,10% e 3,04% da superfície do concelho de Vila Real de Santo António, respetivamente. O concelho com uma maior percentagem de massas de água superficiais é Castro Marim 7,49%. Estes valores, no caso em concreto da região do Algarve, devem-se à existência de quantidades maiores de água doce subterrâneas, face às superficiais.

Quadro 2. Superfície por classes de uso e ocupação do solo em 2018 (%)

Classes de uso e ocupação do solo		Territórios artificializados <sup>6</sup>	Área agrícola	Área de pastagens	Superfícies agroflorestais	Área florestal	Área de matos	Espaços descobertos ou com pouca vegetação	Zonas húmidas	Massas de água superficiais
Região/Concelho										
Alentejo	Odemira	0,86	15,14	12,10	7,24	56,03	7,10	0,22	0,18	1,12
	Almodôvar	0,96	7,88	13,94	26,14	41,64	8,28	0,00	0,00	1,16
	Mértola	0,84	24,34	13,29	16,29	30,34	12,85	0,06	0,00	1,99
	Ourique	1,24	11,76	24,35	19,49	34,12	6,46	0,00	0,00	2,57
Algarve	Albufeira	22,48	51,75	4,07	1,57	2,68	16,35	0,74	0,00	0,36
	Alcoutim	0,68	8,15	6,45	11,46	46,73	24,49	0,00	0,00	2,04
	Aljezur	1,77	12,19	7,37	0,22	48,56	27,93	1,30	0,20	0,46
	Castro Marim	2,98	15,89	4,23	14,81	30,20	21,79	0,27	2,35	7,49
	Loulé	8,20	24,14	1,72	3,31	35,15	26,00	0,18	0,46	0,86
	Monchique	0,65	5,19	0,88	0,08	65,72	26,23	0,10	0,00	1,16
	S. B. Alportel	4,81	15,53	0,62	1,93	57,22	19,87	0,00	0,00	0,02
	Silves	3,55	28,69	4,76	1,58	35,67	24,18	0,11	0,10	1,36
	Tavira	2,26	20,14	1,12	3,74	27,39	41,08	1,00	0,98	2,29
	Vila do Bispo	3,18	16,68	17,16	0,09	19,60	41,33	1,36	0,00	0,60
	V. R. S. António	14,38	28,85	2,02	6,51	17,78	17,09	3,10	3,04	7,22

Fonte: INE, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo, 2018

<sup>5</sup> Contabilização da área do concelho com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal (2008)

<sup>6</sup> “Superfície de território destinada a atividades de intervenção

humana que inclui áreas de tecido urbano, industriais, comerciais, de serviços, jardins ou parques urbanos, equipamentos culturais e de lazer, e as redes rodoviária e ferroviária” (Metainformação INE, 2020).

Importa agora analisar as especificidades, para o território base do ITI do Algarve e Alentejo, relativas à conservação da natureza e da biodiversidade.

A área de intervenção do Algarve e Alentejo contempla um **património natural de elevado valor**, como sendo o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, o Parque Natural do Vale do Guadiana, a Reversa Natural de Sapal de C. Marim e V. R. S. António, a Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena, a Paisagem Protegida Local de Fonte Benémola, a Mata Nacional das Dunas Litorais de V. R. S. António, entre outros.

No território de intervenção base, para além dos **regimes de proteção da natureza e biodiversidade nacionais**, existe ainda o principal instrumento para a conservação da natureza na UE, a **Rede Natura 2000**, tendo como objetivo a proteção, a longo prazo, das espécies e dos habitats que se encontram mais ameaçados. A Rede Natura 2000 é composta por Zonas de Proteção Especial (ZPE) estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, com vista à proteção das espécies e dos seus habitats, e por Zonas de Especiais de Conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo de conservar os habitats naturais de fauna e flora. Como é possível observar através do Quadro 3 e da Figura 5, o **território base do ITI conta com algumas áreas classificadas:**

- ▶ **Costa sudoeste:** simultaneamente ZPE e ZEC, estando quase na totalidade dentro dos limites territoriais do ITI, correspondendo ao Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;
- ▶ **Monchique:** simultaneamente ZPE e ZEC, estando na totalidade dentro dos limites territoriais do ITI, correspondendo à Serra de Monchique;
- ▶ **Caldeirão:** simultaneamente ZPE e ZEC, estando na totalidade dentro dos limites territoriais do ITI, correspondendo à Serra do Caldeirão;
- ▶ **Barrocal:** encontra-se classificado como ZEC, corresponde à faixa entre o litoral e a Serra do Caldeirão, estando na sua totalidade dentro do território do ITI;
- ▶ **Ribeira de Quarteira:** encontra-se classificado como ZEC, estando na sua totalidade dentro do território do ITI;

- ▶ **Guadiana:** encontra-se classificado como ZEC, estando quase na totalidade dentro do território do ITI;
- ▶ **Sapais de Castro Marim:** simultaneamente ZPE e ZEC, estando na totalidade dentro dos limites territoriais do ITI, correspondendo à Serra do Caldeirão.

O tema das florestas é outra das preocupações do ITI do Algarve e Alentejo, não só pelo regime de produtividade, como pela necessidade de proteção das mesmas contra os incêndios florestais que todos os anos destroem hectares de floresta, a fauna e flora presentes, contaminando os solos e os aquíferos, um bem tão importante e escasso para a região.

Com este mote **existem no território de intervenção áreas classificadas como Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)**, que têm como objetivo a gestão dos espaços florestais. No território de intervenção, em 2019, apenas os concelhos de Albufeira, Aljezur e Vila Real de Santo António não possuem ZIF delimitadas, por seu turno o concelho de Alcoutim tem 22.574ha delimitados como ZIF. No conjunto dos concelhos que integram o ITI do Alentejo e Algarve existe um total de 119.358ha de ZIF.

Segundo dados do Sistema de Informação de Regadios (SIR), para a região do Algarve existem um conjunto de regadios potenciais: o do Barlavento Algarvio – Alcantarilha e Vale da Vila, que dos concelho do território base do ITI abrange Silves, no entanto apenas uma pequena parte é que se encontra dentro do território de intervenção; das Furnazinhas, concelho de Castro Marim, estando na totalidade dentro do território de intervenção; do Sotavento Algarvio (Várzea de Odeleite), concelho de Castro Marim, estando na sua maioria dentro do território de intervenção; do Azinhal, igualmente no concelho de Castro Marim e dentro do território de intervenção.

Segundo o mesmo sistema, existe atualmente em exploração **no território base de intervenção do ITI um total de 17 sistemas de regadios**. Embora a informação disponível não seja unânime para todos, é possível concluir que a origem da água é na sua maioria superficial e a ocupação cultural variada, vão desde árvores de fruto, como os citrinos e a famosa laranja do Algarve, aos hortícolas, ou às plantações de milho.

Quadro 3. Valores naturais do território de intervenção

	Concelho	Caracterização	Área de exploração (há)	Ocupação cultural	Origem da água	Barragens
Alentejo	Odemira*	AL7 Mira	12.084	Milho, hortícolas e arroz	Superficial	Barragem de Santa Clara
	Odemira*	AL8 Corte Brique	87	Milho e forragens	Superficial	Barragem do Corte Brique
	Odemira*	AL21 Monte Clérigo	S.i.	S.i.	S.i.	S.i.
Algarve	Castro Marim*	A2 Almada d'Ouro	20	S.i.	Superficial	Barragem de Almada de Ouro
	Albufeira*	A4 Vele de Loulé	0	S.i.	Superficial	-
	Alcoutim*	A5 Pessegueiro	68	Milho e linho	Superficial	Barragem do Pessegueiro
	Castro Marim**	A7 Sotavento Algarvio (parte em exploração e parte em potencial)	8.331	Citrios, vinhas, frutos secos e hortícolas	Superficial	Barragem de Beliche Barragem de Odeleite
	Silves**	A8 Silve Lagoa e Portimão	2.300	Pomar (constituído quase que exclusivamente por citrios, em grande parte cultivado com outras culturas, tais como o milho e feijão), e arroz	Superficial	Barragem do Arade
	Silves**	A10 Várzea do Benaciate	365	Citrios, hortícolas e pomares	Subterrânea	-
	Castro Marim*	A12 Caroucha	20	S.i.	Superficial	Barragem da Caroucha
	Tavira*	A13 Mealha	3	S.i.	Superficial	Barragem da Mealha
	Alcoutim*	A14 Vaqueiros	3	S.i.	Superficial	Barragem de Vaqueiros
	Castro Marim*	A20 Pisa Barro	8	S.i.	Superficial	Barragem do Monte da Ladeira
	Tavira*	A21 Grainho	4	S.i.	Superficial	Barragem do Grainho
	Alcoutim*	A22 Preguiças	1,5	S.i.	Superficial	Barragem das Preguiças
	Castro Marim	A23 Corte Pequena	5	S.i.	Bombagem	Barragem da Corte Pequena
	Alcoutim*	A24 Pão Duro	4	S.i.	Superficial	Barragem do Pão Duro

\*Abrange a totalidade do território de intervenção

\*\*Abrange parte do território de intervenção

S.i. – Sem informação

Fonte: Sistema de Informação de Regadios, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento regional

### 3.2. A cenarização do território de intervenção

Para essa delimitação é fundamental a **consensualização de um conjunto de critérios** que podem assentar na sobreposição de diferentes *players* que funcionem como fatores de decisão de inclusão (ou exclusão) devidamente selecionados (adequação das tipologias de ação, contornos institucionais, agentes locais a mobilizar, identificação de recursos endógenos chave, entre outros).

O **objetivo do foco temático e territorial** pressupõe, por isso, assumir um conjunto de hipóteses de trabalho de modo a considerar o território mais ajustado em termos de recursos, em termos institucionais (com implicação na capacidade de mobilização de atores relevantes) e em termos das características relacionadas com as temáticas da coesão económica, social e territorial.

Explorados os principais fatores críticos para a delimitação do território abrangido pelo ITI do Algarve e Alentejo, apresenta-se de seguida um conjunto de **cenários a ponderar na delimitação do território de intervenção** que foram construídos com base nos critérios anteriormente apresentados. O racional de definição dos cenários partiu da proposta inicial de delimitação do território, resultante do “Projeto Cordão

Verde”, apresentando duas derivações alternativas, que priorizam lógicas distintas:

- ▶ **Cenário 1:** território abrangido pelo “Projeto Cordão Verde” (*lógica dos recursos*);
- ▶ **Cenário 2:** concelhos transregionais que fazem a fronteira entre a região do Algarve e Alentejo (*lógica administrativa*);
- ▶ **Cenário 3:** territórios transregionais de baixa densidade (*lógica da coesão*);
- ▶ **Cenário 4:** território adaptativo (*lógica dos atores/beneficiários relevantes*).

Apresenta-se de seguida uma breve **caraterização de cada um dos cenários**, contendo:

- ▶ O critério base e breve descrição justificativa do mesmo;
  - Os concelhos/freguesias abrangidos e principais características do território;
- ▶ A compatibilidade com o foco temático do ITI;
- ▶ Um quadro com os principais indicadores que caracterizam o território;
- ▶ Um mapa ilustrativo do território abrangido.

Cenário 1	Território “Projeto Cordão Verde” ( <i>lógica dos recursos</i> )
<p><b>Critério base</b></p> <p>O cenário 1 teve como critério base a proposta de delimitação de território de intervenção resultante do “Projeto Cordão Verde”, iniciativa que deu origem ao presente ITI do Algarve e Alentejo e que se baseia numa lógica de partilha dos recursos naturais.</p> <p>A delimitação proposta compreende territórios pertencentes às regiões do Alentejo e Algarve que, apresentando características semelhantes ao nível demográfico, paisagístico e orográfico, partilham desafios comuns de perda populacional, desertificação física, escassez da água e condições de suporte aos ecossistemas de paisagem.</p>	
<p><b>Território abrangido</b></p> <p>Tal como já foi referido anteriormente, o território abrange, total ou parcialmente, concelhos das regiões NUTS III do Baixo Alentejo, Litoral Alentejano e Algarve (Quadro 4 e Figura 5).</p> <p>No Alentejo, abrange as freguesias de São Teotónio, Santa Clara-a-Velha, Sabóia, Luzianes-Gare, São Martinho das Amoreiras, Relíquias e São Salvador e Santa Maria pertencentes ao concelho de Odemira, as freguesias de Ourique e Santana da Serra pertencentes ao concelho de Ourique, as freguesias de São Barnabé, Santa Cruz, UF de Almodôvar e Graça dos Padrões e UF de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires pertencentes ao concelho de Almodôvar e o concelho de Mértola.</p> <p>No Algarve, abrange os concelhos de Aljezur, Alcoutim, Monchique, São Brás de Alportel e Vila do Bispo e as freguesias de São Marcos da Serra, São Bartolomeu de Messines, Silves, UF de Algoz e Tunes pertencentes ao concelho de Silves, a freguesia de Paderne pertencente ao concelho de Albufeira, as freguesias de Alte, Ameixial,</p>	

Salir e UF de Querença, Tôr e Benafim pertencentes ao concelho de Loulé, as freguesias de Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo pertencentes ao concelho de Tavira, as freguesias de Azinhal, Castro Marim e Odeleite pertencentes ao concelho de Castro Marim e a freguesia de Vila Real de Santo António pertencente ao concelho com o mesmo nome e a UF de Bensafrim e Barão de São João, no concelho de Lagos.

O território abrangido tem uma área de 7.010 km<sup>2</sup>, onde residem 118.150 pessoas. Caracteriza-se por ser um território de baixa densidade (cerca de 17 hab./km<sup>2</sup>), marcado pelo decréscimo da população. Ainda que no último período censitário (2011-2021) a diminuição populacional tenha sido menos acentuada do que a verificada a nível regional e nacional (+1,8 p.p. e +0,8 p.p., respetivamente), convém notar que no período censitário anterior (2001-2011) o território abrangido pelo cenário 1 assistiu a uma diminuição considerável da população residente, que contrastou com o crescimento populacional verificado a nível regional e nacional.

#### Compatibilidade com o foco temático do ITI

O território abrangido pelo cenário 1 corresponde na totalidade à proposta inicial do “Projeto Cordão Verde”, estando, por isso, alinhado com o foco temático do ITI (os ecossistemas terrestres e ambiente, os recursos hídricos e as pessoas e o território).

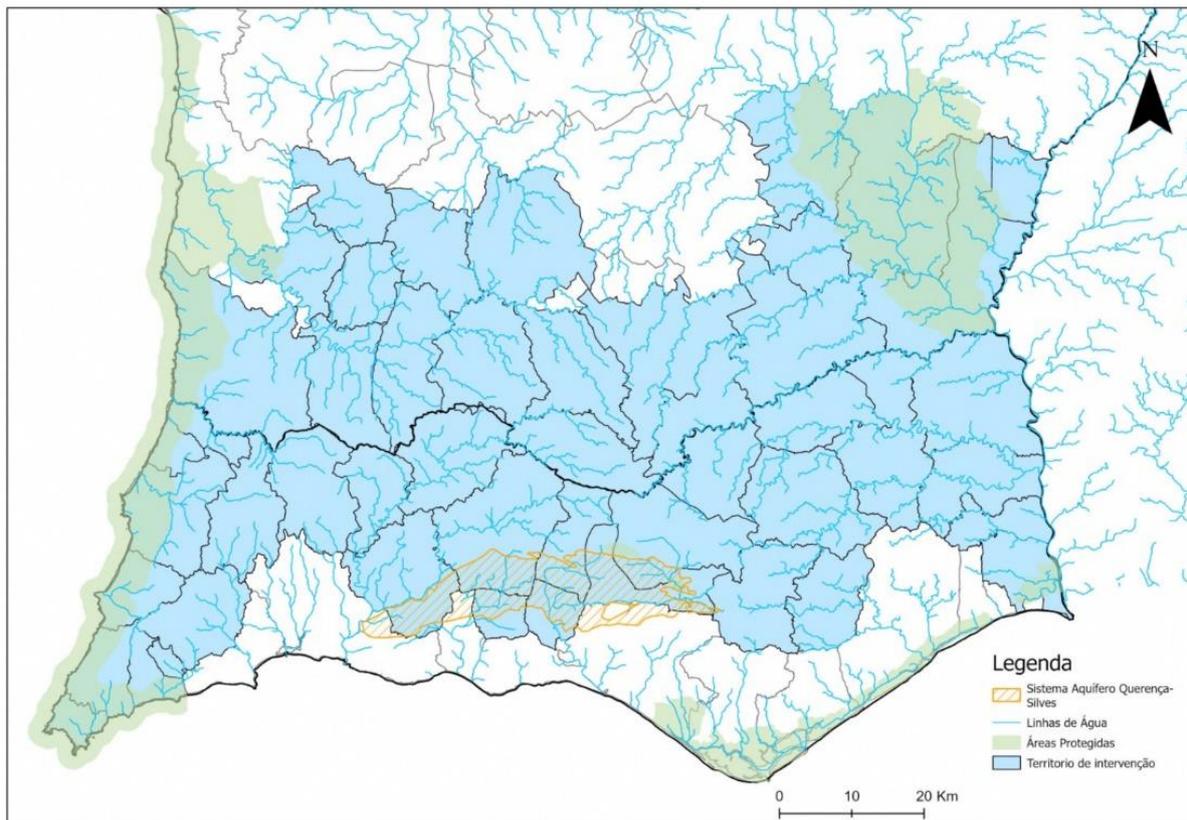
Quadro 4. Principais indicadores de caracterização do território abrangido pelo Cenário 1

Territórios		População residente (n.º)	Variação populacional (%)		Área (km <sup>2</sup> )	Densidade populacional (n.º / km <sup>2</sup> )
			2021	2001-11		
Odemira	Luzianes-Gare	372	-10,6%	-13,3%	94	3,9
	Relíquias	996	-16,0%	7,0%	120	8,3
	Sabóia	921	-14,3%	-20,1%	155	5,9
	Santa Clara-a-Velha	632	-24,3%	-27,6%	164	3,9
	São Martinho das Amoreiras	1 043	-16,1%	3,7%	144	7,2
	São Salvador e Santa Maria	3 375	-46,8%	8,2%	121	27,9
	São Teotónio	8 694	9,8%	35,0%	347	25,0
Almodôvar	Santa Cruz	483	-27,5%	-25,8%	123	3,9
	São Barnabé	371	-32,9%	-30,1%	142	2,6
	UF de Almodôvar e Graça dos Padrões	3 964	-51,8%	-4,9%	257	15,4
	UF de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires	784	-16,2%	-17,9%	174	4,5
Mértola		6 205	-16,5%	-14,7%	1 293	4,8
Ourique	Ourique	2 807	-5,5%	-2,3%	250	11,2
	Santana da Serra	660	-25,4%	-22,4%	191	3,5
Albufeira	Paderne	3 502	-5,7%	6,0%	53	66,6
Alcoutim		2 521	-22,6%	-13,6%	575	4,4
Aljezur		6 046	11,3%	2,8%	324	18,7
Castro Marim	Azinhal	479	-24,6%	-8,2%	68	7,0
	Castro Marim	3 275	7,2%	0,2%	79	41,3

Territórios		População residente (n.º)	Variação populacional (%)		Área (km <sup>2</sup> )	Densidade populacional (n.º / km <sup>2</sup> )
			2021	2001-11		
	Odeleite	574	-18,3%	-24,8%	142	4,0
Lagos	UF Bensafim e Barão de São João	2 443	3,8%	0,7%	130	18,8
Loulé	Alte	1 743	-8,2%	-12,7%	94	18,5
	Ameixial	381	-27,3%	-13,2%	124	3,1
	Salir	2 446	-8,2%	-11,9%	188	13,0
	UF de Querença, Tôr e Benafim	2 520	-3,7%	-7,1%	102	24,7
Monchique		5 465	-13,3%	-9,6%	395	13,8
São Brás de Alportel		11 266	6,3%	5,7%	153	73,5
Silves	São Bartolomeu de Messines	8 164	-0,7%	-3,2%	240	34,0
	São Marcos da Serra	1 114	-11,9%	-17,6%	166	6,7
	Silves	10 671	2,3%	-3,1%	175	61,0
	União das freguesias de Algoz e Tunes	6 857	30,7%	5,6%	45	152,8
Tavira	Cachopo	471	-30,2%	-34,2%	204	2,3
	Santa Catarina da Fonte do Bispo	1 873	-13,2%	3,5%	118	15,9
Vila do Bispo		5 722	-1,7%	8,8%	179	32,0
Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António	11 753	13,3%	-1,6%	11	1 069,4
<b>Cenário 1</b>		<b>120 593</b>	<b>-7,1%</b>	<b>-1,1%</b>	<b>7 141</b>	<b>16,9</b>
<b>Cenário 1 (em % AA ou AA=100)</b>		<b>10,3%</b>	<b>-228,6</b>	<b>38,3</b>	<b>71,4%</b>	<b>14,4</b>
<b>Cenário 1 (em % PT ou PT=100)</b>		<b>1,2%</b>	<b>-357,9</b>	<b>56,1</b>	<b>7,7%</b>	<b>15,1</b>

Nota: AA = Alentejo e Algarve e PT = Portugal; Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021 (resultados preliminares) e séries históricas; Direção-Geral do Território

Figura 5. Território abrangido pelo Cenário 1



Fonte: Projeto Cordão Verde, Água e Ecossistemas de Paisagem - Proposta de Intervenção Territorial Integrado

**Cenário 2****Concelhos transregionais  
(lógica administrativa)****Critério base**

O cenário 2 corresponde ao cenário mais simples, tendo por base um critério meramente geográfico e administrativo. Neste cenário foram considerados os concelhos transregionais, ou seja, aqueles que fazem a fronteira entre as regiões NUTS II do Algarve e do Alentejo.

**Território abrangido**

O cenário 2 abrange os concelhos de Odemira, Ourique, Almodôvar e Mértola, pertencentes à NUTS II do Alentejo, e os concelhos de Aljezur, Monchique, Silves, Loulé e Alcoutim, pertencentes à NUTS II do Algarve. No total, corresponde a uma área de 7.193 km<sup>2</sup> onde residem 171.497 pessoas, perfazendo um total de 7.193 hab./km<sup>2</sup> (Quadro 5 e Figura 6). Estamos perante um território que entre os últimos períodos censitários (2001-2021) tem visto a sua população residente a aumentar, muito por conta da população migrante, tendo abrandado entre 2011 e 2021, período em que apenas cresceu 1,9%. Em termos demográficos apresenta uma estrutura etária envelhecida, facto verificado pelo índice de juventude (2020) que se encontrava nos 53,3 e pelo índice de envelhecimento (187,6), que em igual período era consideravelmente superior ao nacional e ao regional (Algarve e Alentejo).

Em termos económicos o território assistiu entre 2011 e 2019 um acréscimo de 32,5% no número de unidades empresariais. Uma vez mais face à média o território do cenário 2 apresenta valor preocupantes na evolução do indicador de pessoal ao serviço (mais 47,4% entre 2011 e 2019).

Estamos deste modo perante um território deprimido e pouco atrativo para o investimento e para a fixação de população jovem e qualificada.

**Compatibilidade com o foco temático do ITI**

No que diz respeito ao foco temático do ITI, o território correspondente ao cenário 2 enquadra-se nos temas da água e dos ecossistemas de paisagem. O território engloba as principais linhas de água estruturantes como sendo o Rio Guadiana ou o Rio Mira e as principais áreas protegidas pela Rede Natura 2000. Contempla ainda o sistema aquífero Querença-Silves, a zona da serra e do barrocal. As questões demográficas são consideravelmente marcantes neste território, embora apresente um ligeiro aumento no número de população residente (mais 1,9%), entre 2011 e 2021, apresenta um índice de envelhecimento consideravelmente elevado (187,6).

Em comparação com a proposta base, o território abrangido pelo cenário 2 corresponde a uma parte considerável do território proposto no Projeto Cordão Verde, extravasando os seus limites nalguns casos e deixando de fora alguns territórios, nomeadamente Vila do Bispo, Albufeira (freguesia de Pademe), São Brás de Alportel, Tavira (freguesia de Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo), Castro Marim (freguesias de Azinhal, Castro Marim e Odeleite) e Vila Real de Santo António (freguesia de Vila Real de Santo António).

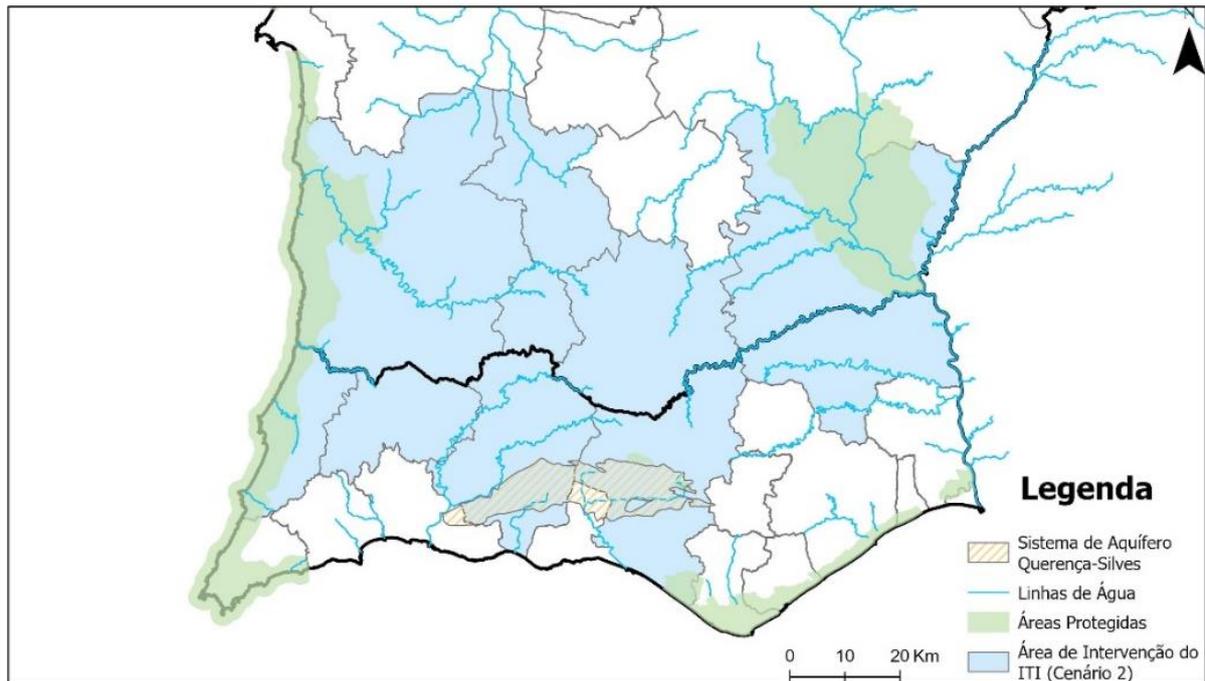
Importa notar que o território abrange integralmente os concelhos de Silves e de Loulé, e consequentemente a faixa litoral dos mesmos, que corresponde à sua área urbana. Estas áreas não partilham na totalidade os desafios mais marcantes do restante território, não tendo por isso compatibilidade integral com o foco temático do ITI. Por outro lado, não se encontram abrangidos por esta proposta os concelhos de Vila do Bispo e Castro Marim que, apesar de partilharem desafios comuns com o território do cenário 2 ao nível do foco temático do ITI, foram excluídos por não serem territórios transregionais.

Quadro 5. Principais indicadores de caracterização do território abrangido pelo Cenário 2

Territórios	População residente (n.º)	Variação populacional (%)		Área (km <sup>2</sup> )	Densidade populacional (n.º / km <sup>2</sup> )	Índice de juventude	Índice de envelhecimento	Unidades empresariais (n.º)	Taxa de variação unidades empresariais (%)	Pessoal ao serviço (n.º)	Taxa de variação pessoal ao serviço (%)
	2021	2001-11	2011-21	2020	2021	2020	2020	2019	2011-19	2019	2011-19
Odemira	29 523	-0,2%	13,3%	1 721	17,2	43,4	230,5	3 881	25,9%	15 408	108,6%
Almodôvar	6 709	-8,5%	-9,9%	778	8,6	39,4	253,8	883	13,4%	1 656	14,8%
Mértola	6 205	-16,5%	-14,7%	1 293	4,8	25,0	400,6	835	3,9%	1 398	-3,9%
Ourique	4 842	-13,1%	-10,2%	663	7,3	32,4	308,7	741	19,9%	1 354	19,9%
Alcoutim	2 521	-22,6%	-13,6%	575	4,4	16,8	593,6	355	16,8%	532	8,6%
Aljezur	6 046	11,3%	2,8%	324	18,7	41,0	243,8	1 184	49,3%	2 058	50,7%
Loulé	72 373	18,6%	3,1%	764	94,8	69,9	143,1	14 988	40,1%	46 725	43,4%
Monchique	5 465	-13,3%	-9,6%	395	13,8	27,4	365,6	832	13,0%	1 547	15,0%
Silves	37 813	9,7%	1,9%	680	55,6	57,9	172,8	5 553	30,1%	12 285	35,0%
<b>Cenário 2</b>	<b>171 497</b>	<b>6,4%</b>	<b>1,9%</b>	<b>7 193</b>	<b>23,8</b>	<b>53,3</b>	<b>187,6</b>	<b>29 252</b>	<b>32,5%</b>	<b>82 963</b>	<b>47,4%</b>
<b>Cenário 2 (em % AA ou AA=100)</b>	<b>14,6%</b>	<b>205,5</b>	<b>-63,7</b>	<b>71,9%</b>	<b>20,4</b>	<b>97,7</b>	<b>102,4</b>	<b>17,0%</b>	<b>183,2</b>	<b>18,2%</b>	<b>234,7</b>
<b>Cenário 2 (em % PT ou PT=100)</b>	<b>1,7%</b>	<b>321,8</b>	<b>-93,2</b>	<b>7,8%</b>	<b>21,3</b>	<b>89,0</b>	<b>112,3</b>	<b>2,1%</b>	<b>181,5</b>	<b>2,0%</b>	<b>284,8</b>

Nota: AA = Alentejo e Algarve e PT = Portugal; Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021 (resultados preliminares) e séries históricas; Estimativas anuais da população residente; Direção-Geral do Território; Sistema de contas integradas das empresas

Figura 6. Território abrangido pelo Cenário 2



Fonte: EY-Parthenon com base na CAOP 2020 -DGT, Infraestrutura de Dados Espaciais - ICNF, Sistema Nacional de Informação de Ambiente - APA e Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos - APA

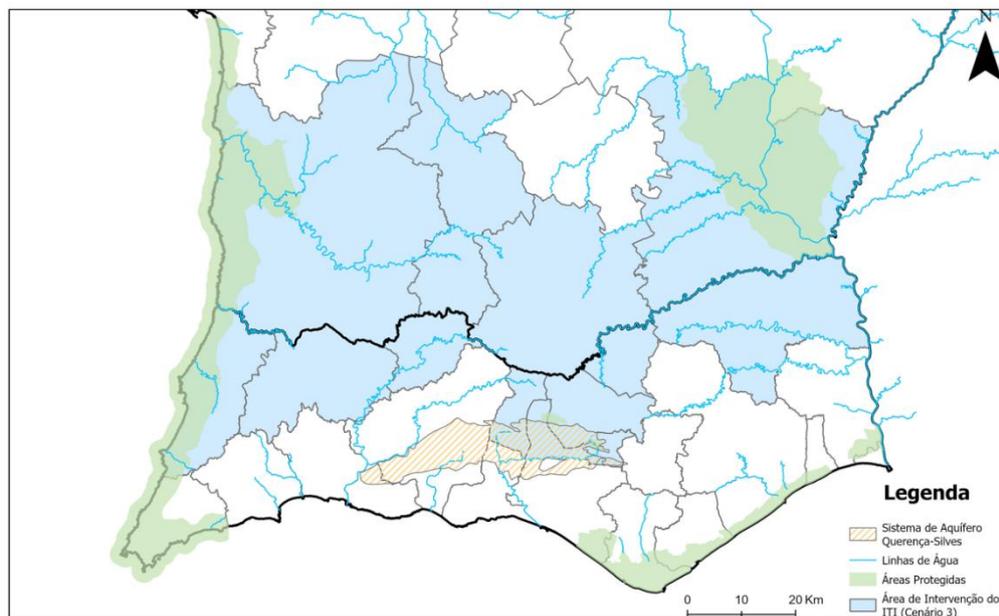
<b>Cenário 3</b>	<b>Territórios transregionais de baixa densidade (lógica da coesão)</b>
<p><b>Critério base</b></p> <p>O cenário 3 tem por base os territórios transregionais identificados anteriormente, consequentemente classificados como territórios de baixa densidade, tendo por base a deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação, relativa à alteração aos territórios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios.</p>	
<p><b>Território abrangido</b></p> <p>O território abrangido por este cenário, classificado como sendo de baixa densidade corresponde integralmente aos concelhos de Odemira, Mértola, Ourique e Almodôvar, na região do Alentejo, e a Aljezur, Monchique e Alcoutim na região do Algarve (Quadro 6 e Figura 7). Encontra-se ainda incluído parcialmente o concelho de Silves (freguesia de São Marcos da Serra) e Loulé (freguesias de Alte, Ameixial e Salir e a UF de Querença, Tôr e Benafim).</p> <p>Com cerca de 11 hab./km<sup>2</sup>, este é o território de entre os três cenários propostos que apresenta uma menor densidade populacional, tal como seria de esperar. À semelhança dos restantes cenários, este território sofreu uma perda populacional acentuada, nomeadamente entre 2001 e 2011, período no qual a população regional e nacional aumentou.</p>	
<p><b>Compatibilidade com o foco temático do ITI</b></p> <p>O território considerado no cenário 3 tem em conta o foco temático do ITI, tal como se pode verificar pela aproximada confluência com o território do “Projeto Cordão Verde”.</p> <p>Verifica-se uma compatibilidade aproximada ao território do Projeto Cordão Verde deixando de fora alguns territórios, nomeadamente Vila do Bispo, Albufeira (freguesia de Paderne), São Brás de Alportel, Tavira (freguesia de Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo), Castro Marim (freguesias de Azinhal, Castro Marim e Odeleite) e Vila Real de Santo António (freguesia de Vila Real de Santo António) e as freguesias São Bartolomeu de Messines, Silves e UF Algoz e Tunes pertencentes ao concelho de Silves.</p> <p>Convém notar que este cenário não inclui os concelhos de Vila do Bispo e Castro Marim, pois embora sejam igualmente classificados como territórios de baixa densidade e partilhem desafios semelhantes e áreas de importante valor ecológico, não se enquadram no critério da transregionalidade.</p> <p>Uma vez que se verifica a correspondência com o foco temático do ITI e com a proposta inicial do “Projeto Cordão Verde”, é possível indicar que este território apresenta características que o alinham com os temas dos ecossistemas terrestres e ambiente, dos recursos hídricos e das pessoas e do território. Este território abrange o Rio Guadiana e o Rio Mira, assim como as principais linhas de água estruturantes e parte do sistema aquífero de Querença-Silves. No que diz respeito aos ecossistemas terrestres, estão presentes no território do cenário 3 as principais áreas protegidas, e parte da zona da serra e do barrocal.</p>	

Quadro 6. Principais indicadores de caracterização do território abrangido pelo Cenário 3

Territórios	População residente (n.º)	Variação populacional (%)		Área (km <sup>2</sup> )	Densidade populacional (n.º / km <sup>2</sup> )	Índice de juventude	Índice de envelhecimento	Unidades empresariais (n.º)	Taxa de variação unidades empresariais (%)	Pessoal ao serviço (n.º)	Taxa de variação pessoal ao serviço (%)
	2021	2001-11	2011-21	2020	2021	2020	2020	2019	2011-19	2019	2011-19
Odemira	29 523	-0,2%	13,3%	1 721	17,2	43,4	230,5	3 881	25,9%	15 408	108,6%
Almodôvar	6 709	-8,5%	-9,9%	778	8,6	39,4	253,8	883	13,4%	1 656	14,8%
Mértola	6 205	-16,5%	-14,7%	1 293	4,8	25,0	400,6	835	3,9%	1 398	-3,9%
Ourique	4 842	-13,1%	-10,2%	663	7,3	32,4	308,7	741	19,9%	1 354	19,9%
Alcoutim	2 521	-22,6%	-13,6%	575	4,4	16,8	593,6	355	16,8%	532	8,6%
Aljezur	6 046	11,3%	2,8%	324	18,7	41,0	243,8	1 184	49,3%	2 058	50,7%
Loulé	Alte	1 743	-8,2%	-12,7%	94	18,5	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
	Ameixial	381	-27,3%	-13,2%	124	3,1	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
	Salir	2 446	-8,2%	-11,9%	188	13,0	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
	UF Querença, Tôr e Benafim	2 520	-3,7%	-7,1%	102	24,7	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Monchique	5 465	-13,3%	-9,6%	395	13,8	27,4	365,6	832	13,0%	1 547	15,0%
Silves	São Marcos da Serra	1 114	-11,9%	-17,6%	166	6,7	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
<b>Cenário 3</b>	<b>69 515</b>	<b>-6,7%</b>	<b>-1,1%</b>	<b>6 423</b>	<b>10,8</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>
<b>Cenário 3 (em % AA ou AA=100)</b>	<b>5,9%</b>	<b>-215,1</b>	<b>37,6</b>	<b>64,2%</b>	<b>9,2</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>
<b>Cenário 3 (em % PT ou PT=100)</b>	<b>0,7%</b>	<b>-336,7</b>	<b>55,0</b>	<b>7,0%</b>	<b>9,6</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>	<b>s.i.</b>

Nota: AA = Alentejo e Algarve, PT = Portugal e s.i.- sem informação; Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021 (resultados preliminares) e séries históricas; Estimativas anuais da população residente; Direção-Geral do Território; Sistema de contas integradas das empresas

Figura 7. Território abrangido pelo Cenário 3



Fonte: EY-Parthenon com base na CAOP 2020 -DGT, Infraestrutura de Dados Espaciais - ICNF, Sistema Nacional de Informação de Ambiente - APA e Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos – APA

**Cenário 4****Território adaptativo  
(lógica dos atores/beneficiários relevantes)****Critério base**

O quarto cenário aproxima-se do cenário 1, uma vez que este também se baseia na proposta de delimitação de território de intervenção resultante do “Projeto Cordão Verde” (território de intervenção prioritária). Porém, neste caso, a delimitação assume um carácter flexível, podendo para efeitos de apoios abranger territórios adjacentes (território de intervenção complementar), desde que estes cumpram pelo menos um dos quatro critérios:

- ▶ Densidade populacional inferior a 75% da média nacional/regional (*hipotético/a testar*)
- ▶ Densidade empresarial inferior a 75% da média nacional/regional (*hipotético/a testar*)
- ▶ Índice de envelhecimento igual ou superior ao valor do concelho menos envelhecido do território prioritário de intervenção (*hipotético/a testar*)
- ▶ Articulação com os pressupostos estratégicos, temáticos e operacionais do ITI do Algarve Alentejo

O racional por detrás deste cenário resulta da perceção de que o ITI do Algarve e Alentejo é uma iniciativa temática e também funcional, adstrita a um território que é relativamente onde as tendências desfavoráveis são evidentes e partilhadas por parte significativa dos territórios, pelo que se recomenda que as iniciativas, em particular na área das atividades económicas e de projetos de investimento, promovidas por atores privados, devam abranger as áreas adjacentes. Deste modo, evita-se a deslocalização de atividades já instaladas para os territórios abrangidos pelo ITI e, por isso, elegíveis para apoios, garantindo que não se contribuiu para o aumento das desigualdades num território que já apresenta sinais evidentes de despovoamento populacional e económico.

Por outro lado, ao definir critérios claros para os territórios adjacentes que podem ser considerados para efeito de apoio, garante-se que estão excluídos os concelhos/freguesias com carácter mais urbano, em particular aqueles que constituem a área metropolitana do Algarve, que não são compatíveis com o foco temático do ITI do Algarve e Alentejo.

Assim, o cenário 4 propõe um território adaptativo, dotado de flexibilidade e inteligência e promotor da coesão territorial continuando a garantir o enfoque na temática central do ITI.

A lógica dos atores seguida neste cenário é particularmente relevante, uma vez que privilegia os promotores das iniciativas, que constituem os principais beneficiários dos resultados do ITI e promove a criação de redes de cooperação, condição fundamental para o desenvolvimento de projetos transformadores.

**Território abrangido**

Como já foi referido, o território de intervenção prioritário corresponde à proposta de delimitação do “Projeto Cordão Verde”:

- ▶ No Alentejo abrange: as freguesias de São Teotónio, Santa Clara-a-Velha, Sabóia, Luzianes-Gare, São Martinho das Amoreiras, Relíquias e São Salvador e Santa Maria pertencentes ao concelho de Odemira; as freguesias de Ourique e Santana da Serra pertencentes ao concelho de Ourique; as freguesias de São Barnabé, Santa Cruz, UF de Almodôvar e Graça dos Padrões e UF de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires pertencentes ao concelho de Almodôvar; e o concelho de Mértola.
- ▶ No Algarve abrange: os concelhos de Aljezur, Alcoutim, Monchique, São Brás de Alportel e Vila do Bispo e as freguesias de São Marcos da Serra, São Bartolomeu de Messines, Silves, UF de Algoz e Tunes pertencentes ao concelho de Silves; a freguesia de Paderne pertencente ao concelho de Albufeira, as freguesias de Alte, Ameixial, Salir e UF de Querença, Tôr e Benafim pertencentes ao concelho de Loulé; as freguesias de Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo pertencentes ao concelho de Tavira; as freguesias de Azinhal, Castro Marim e Odeleite pertencentes ao concelho de Castro Marim; a freguesia de Vila Real de Santo António pertencente ao concelho com o mesmo nome; e a UF Bensafim e Barão de São João, no concelho de Lagos (Figura 8).

O cenário 4 é ainda constituído pelo território de intervenção complementar, correspondente às freguesias adjacentes ao território de intervenção prioritário, e que cumpram os critérios de densidade anteriormente apresentados:

- ▶ No Alentejo abrange: as freguesias de Boa Vista dos Pinheiros, Longueira/Almograve, Vila Nova de Mil Fontes, Colos, Vale de Santiago, no concelho de Odemira; UF de Garvão e Santa Luzia e UF de Panóias e Conceição, no concelho de Ourique; Rosário e Aldeia dos Fernandes, no concelho de Almodôvar.
- ▶ No Algarve abrange: a UF de Alcantarilha e Pêra e Armação de Pêra, no concelho de Silves; Albufeira e Olhos de Água, Ferreiras e Guia, no concelho de Albufeira; Almancil, Boliqueime, Quarteira, São Clemente e São Sebastião, no concelho de Loulé; UF de Conceição e Cabanas de Tavira, UF de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Santa Luzia e UF Tavira (Santa Maria e Santiago), no concelho de Tavira; Altura no concelho de Castro Marim; Luz, Odiáxere, São Gonçalo de Lagos, no concelho de Lagos; e Monte Gordo, Vila Nova de Cacela, no concelho de Vila Real de Santo António.

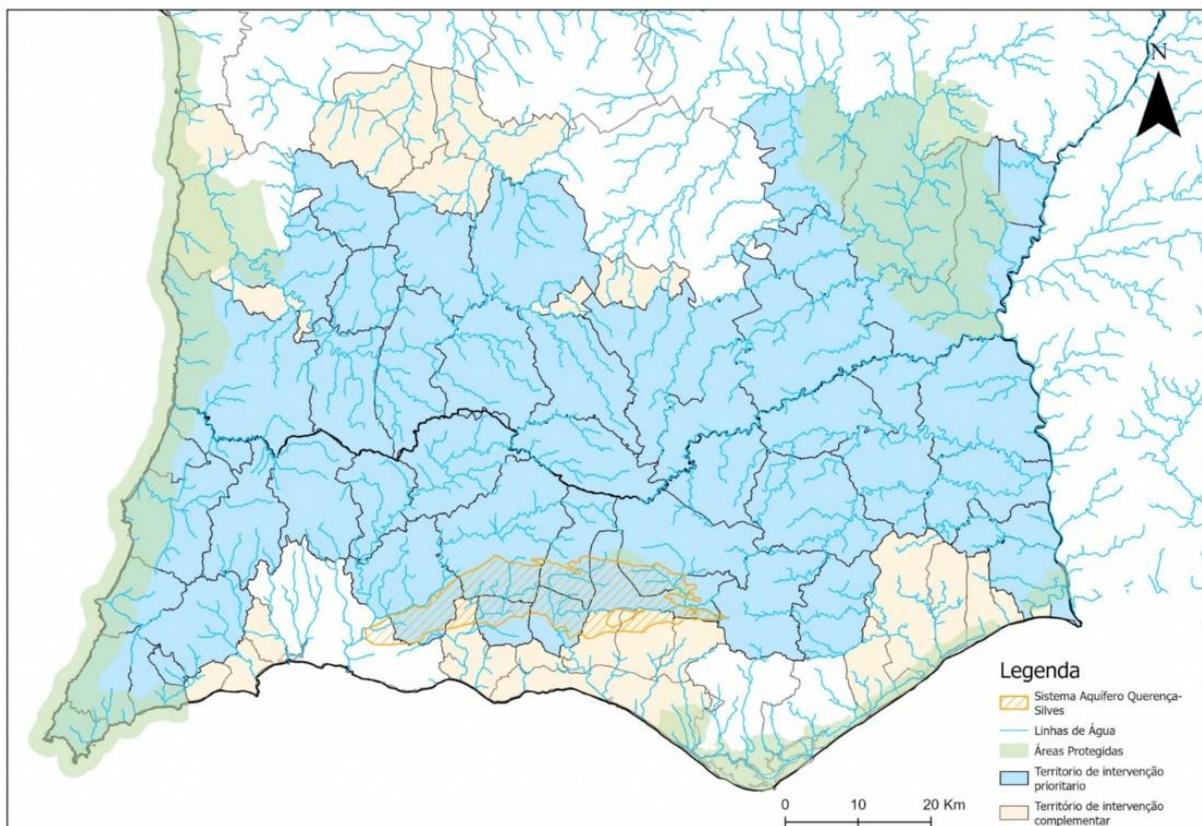
No âmbito deste cenário pode ser igualmente ponderada uma variante, admitindo apenas como território prioritário de intervenção as freguesias classificadas como “baixa densidade” (cenário 3) e considerar as restantes freguesias como território completar.

#### Compatibilidade com o foco temático do ITI

À semelhança do cenário 1, o território abrangido pelo cenário 4 é compatível com o foco temático do ITI (os ecossistemas terrestres e ambiente, os recursos hídricos e as pessoas e o território), uma vez que o território de intervenção prioritária corresponde na totalidade ao território proposto no “Projeto Cordão Verde”.

Adicionalmente, o facto do território incluir ainda uma zona adjacente, o território de intervenção complementar, que pode ter elegibilidade para efeito de apoio, contribuiu para a coesão territorial e para contrariar o processo de despovoamento económico e populacional.

Figura 8. Território abrangido pelo Cenário 4



Fonte: EY-Parthenon com base em Projeto Cordão Verde, Água e Ecossistemas de Paisagem - Proposta de Intervenção Territorial



## 4. Os princípios da operacionalização do ITI

O capítulo 4 perspetiva a vertente mais operacional do ITI, identificando áreas temáticas de intervenção e intervenções específicas conducentes à concretização dos objetivos da estratégia. Por outro lado, pretende mapear parceiros chave por intervenção, assim como eventuais instrumentos de financiamento. Finalmente, analisa-se a coerência global das ações propostas nas estratégias e planos de ação nacionais e regionais.

### 4.1. O quadro geral de ação do ITI do Algarve e Alentejo

### 4.2. A articulação geral do ITI do Algarve e Alentejo nas estratégias e programas nacionais e regionais



#### 4.1. O quadro geral de ação do ITI do Algarve e Alentejo

O quadro geral de ação do ITI do Algarve e Alentejo foi elaborado com base numa abordagem metodológica dividida em duas fases: uma primeira com vista à identificação de tipologias de intervenção a implementar no território e uma segunda referente à concretização do ITI.

A primeira fase teve por base as sessões de trabalho tidas com a CCDR Algarve e Alentejo e com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – Administrações das Regiões Hidrográficas do Algarve e do Alentejo, com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e do Alentejo e com as Associações para o Desenvolvimento Local da área de intervenção.

Foram ainda tidos em conta alguns documentos, nomeadamente: Resposta aos efeitos da Covid-19 na Região do Algarve; Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve; Projeto Cordão Verde; Agenda de Inovação para a Agricultura; Projeto Alentejo Clima em Escassez Hídrica; Projeto VALAGUA; Plano de Ação Água e o Plano de Ação Sustentabilidade Territorial, Património Natural e Ação Climática do Alentejo 2030.

No final, foram identificados **53 exemplos de intervenções**, agrupados nas **6 áreas temáticas** seguintes:

1. Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas;
2. Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água;

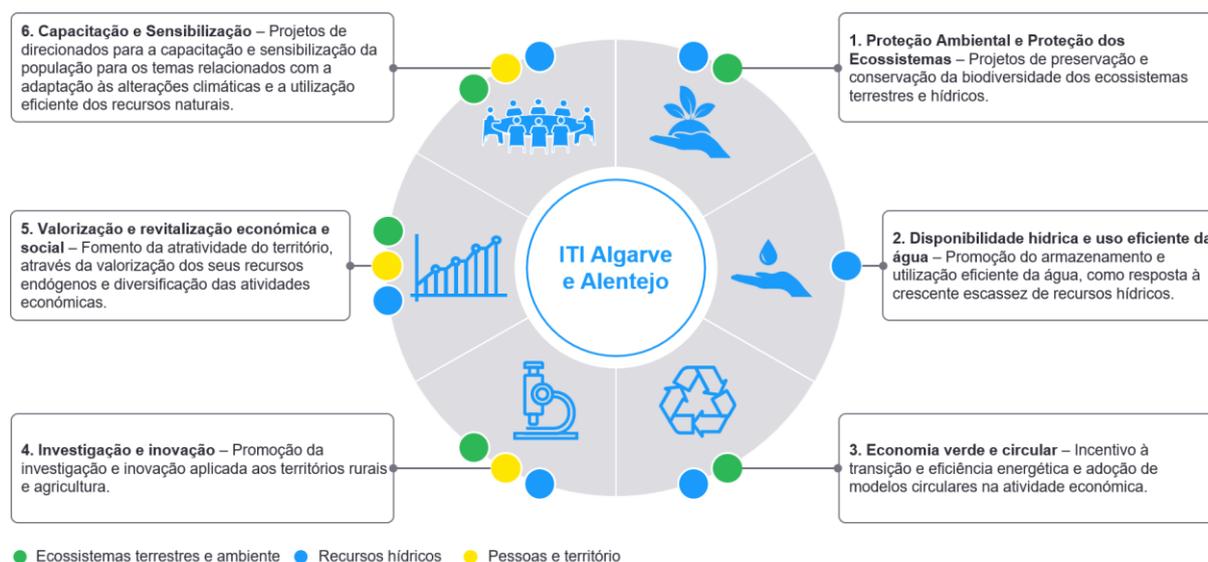
3. Economia verde e circular;
4. Investigação e inovação;
5. Valorização e revitalização económica e social;
6. Capacitação e sensibilização.

Adicionalmente, as intervenções identificadas foram segmentadas por **3 domínios**, tendo em conta o objeto de intervenção:

- ▶ **Ecossistemas terrestres e ambiente:** conjunto de intervenções que versam sobre os recursos naturais e os ecossistemas, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade.
- ▶ **Recursos hídricos:** intervenções que têm como objetivo a melhoria da qualidade da água e aumento da eficiência na gestão dos recursos hídricos.
- ▶ **Pessoas e território:** conjunto de intervenções que se focam nas questões de atratividade do território, criação de emprego e riqueza e contrariam o processo de despovoamento verificado.

Este exercício permitiu observar a total compatibilidade dos exemplos de intervenções com o foco do ITI, verificando-se que em alguns dos casos o exemplo de intervenção incide sobre mais do que um domínio (Quadro 7). Os domínios do ITI estão também presentes de forma transversal nas áreas temáticas propostas (Figura 9).

Figura 9. Relação entre as áreas temáticas de intervenção e o foco do ITI



Fonte: EY-Parthenon, 2021

A **segunda fase** da metodologia que levou à definição do quadro geral de ação do ITI, teve como intuito a identificação dos **promotores e outros atores chave** e dos **eventuais instrumentos de financiamento** (Quadro 7), que juntos vão ser responsáveis pela concretização dos exemplos de intervenções identificados.

Por se tratar de um ITI inter-regional, com um espectro de atuação alargado e intervenções de grande escala, os **promotores e atores chave** que importa envolver, podem representar diversos níveis do organograma do Estado, desde a administração central, nomeadamente os institutos públicos como o Agência Portuguesa do Ambiente, ou a administração central como os Municípios.

O **quadro de possibilidades de financiamento** para a concretização do ITI (a desenvolver após validação

do quadro operacional), teve como base um exercício de verificação de compatibilidade entre as intervenções propostas e os fundos comunitários disponíveis para a próxima década. Foi verificado o alinhamento com a Estratégia Portugal 2030, nomeadamente com Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português e com o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.

Tendo em conta a temática específica do presente ITI, foram analisados e identificados como potenciais meios financiadores o PRR, o FEADER e relativamente ao regulamento das disposições comuns, no que toca aos domínios de intervenção, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE+), o Fundo de Coesão e o Fundo para a Transição Justa (FTS).

Quadro 7. Exemplos de intervenções, estratégias, fundos de financiamento e eventuais promotores e atores a envolver (*exploratório*)

Exemplos de intervenções	Foco do ITI	Estratégia	Fundo	Eventuais Promotores	Eventuais atores a envolver
Legenda: <span style="color: green;">●</span> Ecossistemas terrestres e ambiente <span style="color: blue;">●</span> Recursos hídricos <span style="color: yellow;">●</span> Pessoas e território					
<b>Área temática de intervenção 1 – “Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas”</b>					
1.1. Construção de infraestruturas de proteção ambiental	<span style="color: green;">●</span>	PEPAC	FEADER	APA - ARH	<i>A identificar</i>
1.2. Requalificação das galerias ripícolas	<span style="color: green;">●</span> <span style="color: blue;">●</span>	PEPAC	FEADER	APA – AR, DGADR	<i>A identificar</i>
1.3. Conservação e fertilização dos solos	<span style="color: green;">●</span>	PEPAC	FEADER	DRAP	APA-ARH
1.4. Promoção do desenvolvimento sustentável e gestão eficiente dos recursos naturais, incluindo o controlo de espécies exóticas	<span style="color: green;">●</span> <span style="color: blue;">●</span>	PEPAC	FEADER	DGADR	GPP, DGAV, DRAPs, AG do PDR, IFAP, I. P., INIAV, I. P., IVDP, I. P., IVV, I. P., APA, I. P., ICNF, I. P., DGT
1.5. Proteção, restauração e utilização sustentável dos sítios Natura 2000	<span style="color: green;">●</span>	PEPAC	FEADER	ICNF	APA-ARH
1.6. Melhoria da gestão da água na origem, conservação das linhas de água e implementação medidas de gestão da qualidade da água das albufeiras	<span style="color: blue;">●</span>	PEPAC	FEADER	APA - ARH	<i>A identificar</i>
1.7. Preservação dos perímetros de proteção para as massas de água	<span style="color: blue;">●</span>	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	Municípios	Águas do Algarve
1.8. Implementação de sistemas de drenagem de águas residuais	<span style="color: blue;">●</span>	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	Municípios	Águas do Algarve
1.9. Reforço das ações de fiscalização e inspeção de rejeições ilegais	<span style="color: blue;">●</span>	Next Generation EU	PRR	APA - ARH	DRAP Algarve, DGAP, Municípios
1.10. Incentivo e apoio a boas práticas de pastorícia e criação de animais	<span style="color: blue;">●</span>	PEPAC	FEADER	DGAV, DRAP	APA-ARH

Exemplos de intervenções	Foco do ITI	Estratégia	Fundo	Eventuais Promotores	Eventuais atores a envolver
1.11. Conservação da natureza e biodiversidade e criação e corredores ecológicos	●	PEPAC	FEADER	ICNF	APA-ARHC
1.12. Plano de ação de reforestação e salvaguarda da floresta	●	Next Generation EU PEPAC	PRR FEADER	Direção-Geral do Território (DGT) Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) Associações de Produtores Florestais	APA-ARH
1.13. Promoção da pastorícia como meio de limpeza das florestas	●	Next Generation EU PEAPC	PRR FEADER	Autarquias, organizações de produtores florestais e agrícolas, cooperativas, associações locais, entidades de gestão coletiva, entre outras	<i>A identificar</i>
1.14 Promoção de pagamentos a serviços de ecossistemas, em zonas de infiltração máxima, a agricultores pela manutenção dos matos e das zonas pedregosas onde ocorre a recarga	● ●	PEPAC	FEADER	APA, ARH, DRAP	<i>A identificar</i>
<b>Área temática de intervenção 2 – “Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água”</b>					
2.1. Práticas eficientes de aumento da disponibilidade hídrica	●	RDC - Acordo de Parceria Next Generation EU	FEDER, PRR	APA - ARH	Águas do Algarve
2.2. Inventário e caracterização ecológica e hidromorfológica das linhas de água	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	APA - ARH	<i>A identificar</i>
2.3. Aumento das condições de armazenamento de água	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	APA - ARH	Direção-Geral do Território (DGT) Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) Municípios
2.4. Promoção de melhores práticas de rega	●	PEPAC	FEADER	APA - ARH	Autarquias, organizações de produtores florestais e agrícolas, cooperativas, associações locais, entidades de gestão coletiva, entre outras
2.5. Aumento da recarga natural dos aquíferos	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	APA - ARH	Municípios
2.6. Monitorização da quantidade e qualidade dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais e controlo ativo de	●	Next Generation EU, RDC - Acordo de Parceria	PRR, FEDER	Municípios/APA - ARH	<i>A identificar</i>

Exemplos de intervenções	Foco do ITI	Estratégia	Fundo	Eventuais Promotores	Eventuais atores a envolver
perdas					
2.7. Criação de pontos de água a utilizar para abeberamento animal nos locais com maiores explorações	●	PEPAC	FEADER	APA – ARH, DRAP	<i>A identificar</i>
2.8. Reforço das ações de fiscalização e inspeção de captações ilegais	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	APA - ARH	<i>A identificar</i>
2.9. Programa "Territórios de água", um modelo de utilização da água, favorecendo a coesão territorial	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	APA - ARH	<i>A identificar</i>
<b>Área temática de intervenção 3 – “Economia verde e circular”</b>					
3.1. Apoio à transição verde das empresas e dos processos de produção	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	APA	<i>A identificar</i>
3.2. Eficiência energética, gestão inteligente da energia e utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas e equipamentos municipais	●	RDC - Acordo de Parceria Next Generation EU	FEDER PRR (Fundo Ambiental)	APA	<i>A identificar</i>
3.3. Agricultura circular	● ●	PEPAC	FEADER	INIAV, I.P., DGADR	DGADR, DRAPs, DGAV, IVDP, I.P., IVV, I.P., APA, I.P., Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), ICNF, I.P.
3.4. Conservação e fertilização dos solos	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	DGADR	<i>A identificar</i>
3.5. Reutilização de águas residuais	●	RDC - Acordo de Parceria Next Generation EU	FEDER PRR	APA - ARH	Águas do Algarve, Municípios
3.6. Bioeconomia Circular na Floresta	●	PEPAC	FEADER	ICNF	<i>A identificar</i>
<b>Área temática de intervenção 4 – “Investigação e inovação”</b>					
4.1. Criação de um Laboratório Vivo	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	APA-ARH	<i>A identificar</i>

Exemplos de intervenções	Foco do ITI	Estratégia	Fundo	Eventuais Promotores	Eventuais atores a envolver
4.2. Ações piloto de promoção de modelos participativos de gestão da paisagem	●	PEPAC	FEADER	ICNF	APA-ARH
4.3. Agricultura 4.0	●	PEPAC	FEADER	INIAV, I.P, DRAP	<i>A identificar</i>
4.4. Rede de inovação	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	INIAV, I.P.	<i>A identificar</i>
4.5. Soluções inovadoras na alimentação animal	●	PEPAC	FEADER	INIAV, I.P.	<i>A identificar</i>
4.6. Centro de Inteligência da Água e do Clima	● ● ●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	APA - ARH	<i>A identificar</i>
4.7. Rede de espaços vivos, inovadores, sustentáveis, de acesso livre e de aprendizagem, para a reabilitação fluvial - Laboratórios Rios	● ●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	APA - ARH	UAIG, EU, FCT-UNL
<b>Área temática de intervenção 5 – “Valorização e revitalização económica e social”</b>					
5.1. Promoção do Turismo de natureza	●	Next Generation EU	PRR	Turismo do Algarve e Turismo do Alentejo/Municípios	<i>A identificar</i>
5.2. Programa de incentivo jovem	●	PEPAC	FEADER	DGADR	<i>A identificar</i>
5.3. Programa de Valorização de Circuitos Curtos agroalimentar	●	PEPAC	FEDER	DGADR	<i>A identificar</i>
5.4. Incubação empresarial e empreendedora baseada nos ativos do território	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	Associações empresarias/Administração Local	<i>A identificar</i>
5.5. Ações de valorização dos recursos endógenos, colocando-os ao serviço da economia local, de forma inovadora e promotora da variedade relacionada	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	Administração Local	<i>A identificar</i>
5.6. Revitalização das zonas rurais	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	DGADR	INIAV, I. P., AG do PDR, CCDR, Turismo de Portugal,

Exemplos de intervenções	Foco do ITI	Estratégia	Fundo	Eventuais Promotores	Eventuais atores a envolver
					I. P., DGT, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.), ICNF, I. P., INIAV, I. P., DRAPs., Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), GPP
5.7. Programa “Emparcelar para Ordenar”	●	Next Generation EU PEPAC	PRR FEADER	Administração Local	<i>A identificar</i>
5.8. Elaboração do cadastro florestal	●	Next Generation EU	PRR	ICNF/Administração Local	<i>A identificar</i>
5.9. Condomínio de Aldeia	● ●	RDC - Acordo de Parceria Next Generation EU	FEDER, PRR (Fundo Ambiental)	ICNF	<i>A identificar</i>
5.10 Pagamentos ecossistémicos e apoio ao investimento com vista à plantação de espécies do pomar tradicional algarvio, e ainda para instalação de mosaicos de agricultura (hortejos, pomares, etc.)	●	PEPAC	FEADER	DGADR	<i>A identificar</i>
5.11 Apoio ao investimento com vista à recuperação e/ou manutenção de certos elementos construtivos tradicionais na paisagem Algarvia, como sendo os caminhos, valados, muretes, socialcos, entre outros	●	RDC - Acordo de Parceria	FEDER	Administração Local	<i>A identificar</i>
<b>Área temática de intervenção 6 – “Capacitação e sensibilização”</b>					
6.1. Capacitação sobre proteção das origens de água, uso eficiente e inteligente nos sistemas de abastecimento públicos e sobre conservação das pequenas infraestruturas de retenção de água para fins agrícolas e pecuários	● ●	RDC - Acordo de Parceria	FSE+	APA - ARH	<i>A identificar</i>
6.2. Capacitação sobre reutilização de águas residuais	● ●	RDC - Acordo de Parceria	FSE+	APA - ARH	<i>A identificar</i>

Exemplos de intervenções	Foco do ITI	Estratégia	Fundo	Eventuais Promotores	Eventuais atores a envolver
6.3. Capacitação sobre gestão de riscos na orla costeira - aumento da resiliência dos sistemas naturais	 	RDC - Acordo de Parceria	FSE+	APA - ARH	<i>A identificar</i>
6.4. Capacitação sobre o efeito das alterações climáticas na saúde		RDC - Acordo de Parceria	FSE+	APA	<i>A identificar</i>
6.5. Manual de boas práticas de adaptação às Alterações Climáticas ao nível municipal		PEPAC RDC	FEADER FEDER	APA, AMAL	<i>A identificar</i>
6.6. Constituição e dinamização de uma Rede de Escola pela Água	 	RDC - Acordo de Parceria	FSE+	APA - ARH	Municípios, AMAL
6.7. Realização de campanhas de sensibilização sobre a situação de seca	 	RDC - Acordo de Parceria	FSE+	APA	<i>A identificar</i>
6.8. Gestão de risco associados às alterações climáticas		PEPAC RDC	FEADER FEDER	APA	<i>A identificar</i>
6.9. Promoção da investigação, inovação e capacitação		PEPAC RDC	FEADER FEDER	INIAV, I.P.	<i>A identificar</i>

 Ecosistemas terrestres e ambiente    
  Recursos hídricos    
  Pessoas e território

## 4.2. A articulação geral do ITI do Algarve e Alentejo nas estratégias e programas nacionais e regionais

A construção do ITI do Algarve e Alentejo implica uma convergência com as estratégias e programas de âmbito europeu, nacional e regional, de modo a que este possa contribuir e responder aos desafios do seu território de forma articulada com outros instrumentos. Estamos, por isso, perante uma abordagem sem fronteiras administrativas ou políticas.

Foram diversos os documentos considerados para se observar a articulação entre o ITI e os restantes instrumentos, para ambas as regiões: documentos de estratégia (Europa 2030, Portugal 2030, Algarve 2030 e Alentejo 2030, entre outros), temáticos (Programa Nacional de Regadios, Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, entre outros) e de ordenamento e planeamento do território (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, Plano Regional de Ordenamento do Território, Plano Regional de Ordenamento Florestal, entre outros).

### Articulação com Instrumentos de Ordenamento e Planeamento do Território

Do ponto de vista dos Instrumentos de Gestão Territorial, nacionais e regionais, destaca-se a clara articulação com o **PNPOT** e com o Plano Regional de Ordenamento do Território (**PROT Algarve** e o **PROT Alentejo**), respondendo e contribuindo à maioria dos pressupostos de desenvolvimento identificados.

No que concerne ao PNPOT, importa referir que a presente abordagem terá um importante papel no apoio à concretização dos 5 desafios territoriais do Plano, nomeadamente: D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável; D2. Promover um sistema urbano policêntrico; D3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial; D4. Reforçar a conectividade interna e externa; D5. Promover a governança territorial.

O PROT Algarve prevê um conjunto de Opções Estratégicas para o desenvolvimento da sua região, que vão desde o sistema urbano ao ambiental. Do ponto de vista dos contributos para a concretização, o ITI poderá apoiar 3 das 6 opções definidas, nomeadamente as que dizem respeito à sustentabilidade ambiental, no âmbito da proteção e valorização dos recursos e da biodiversidade, do reequilíbrio territorial, do ponto de vista da coesão territorial e da salvaguarda e valorização do património cultural e histórico e arqueológico da região.

É possível ainda identificar o alinhamento estratégico

entre o ITI e as recomendações definidas no PROT ao nível da:

- ▶ **Política de solos**, prevendo a constituição ou a manutenção de reservas de solos, na medida em que a problemática dos solos, nomeadamente a sua disponibilidade, encontra-se bem presente no ITI;
- ▶ **Revisão dos regimes legais**, uma vez que é imperativo a conclusão dos processos de revisão dos regimes legais da RAN e da REN, a operacionalização do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e a concretização dos Planos de Gestão respetivos. O ITI apoiará a concretização e a manutenção das disposições legais impostas nos dois regimes, em prol da salvaguarda e valorização dos recursos;
- ▶ **Coesão regional**, como um princípio de elevada importância para o desenvolvimento das regiões interiores e para o desenvolvimento sustentável do território como um todo. O ITI contribuirá, por exemplo, através da equidade nos acessos a águas potáveis, ou através de melhoramentos na rede de esgotos.

O ITI encontra-se igualmente alinhado com o PROT Alentejo, apoiando através da sua aplicação:

- ▶ “A concretização das opções constantes dos IGT de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território;
- ▶ O papel estratégico da agricultura e do desenvolvimento rural e a qualificação dos processos de transformação que lhes andam associados, designadamente os impulsionados pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) e pelos restantes aproveitamentos hidroagrícolas;
- ▶ A valia dos recursos turísticos, principalmente no espaço do Alentejo Litoral e do Alqueva, compatibilizando a proteção dos valores ambientais com o desenvolvimento de uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade;
- ▶ A valorização do montado, bem como das manchas de pinheiro, quer do ponto de vista económico e social quer na perspetiva ambiental;
- ▶ O desenvolvimento de uma estratégia de resposta integrada a situações de seca que considere as diversas capacidades de armazenamento estratégico de água na região”.

No que concerne ao tema água, em concreto, importa verificar a articulação dos instrumentos de ordenamento e planeamento do território com o **Plano Regional Eficiência Hídrica (PREH) da região do Algarve e da região do Alentejo** e com o **Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (2º ciclo)** e o **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (2º ciclo)**.

Um dos temas fulcrais do ITI do Algarve e Alentejo prende-se com as problemáticas relacionadas com a água, como a escassez ou a gestão do recurso, importa por isso garantir que este tenha em consideração as orientações constantes no **PREH da região do Algarve**, com uma verba inscrita no PRR de 200 milhões de euros. Para ambos os documentos, a água é considerada um recurso vital e escasso, estratégico e estruturante. Partilham também o desafio que este recurso representa em matéria de planeamento e gestão de um bem tão importante e tão escasso na região.

Alinham-se, por isso, na necessidade de concretizar os 3 objetivos definidos para médio longo prazo: “Regularização do ciclo hidrológico; Planeamento agrícola dos perímetros de regados; Constituição de uma reserva de fundos para a execução de furos de emergência em situações de seca”. E ainda com os 9 objetivos de curto e médio prazo definidos no Plano:

1. “Reduzir perdas de água na adução e distribuição;
2. Reduzir volumes de água naturais captados;
3. Utilizar Água para Reutilização (ApR);
4. Construir ou Reabilitar captações subterrâneas;
5. Construir, altear, interligar barragens, utilizar volume morto das albufeiras ou implantar outras captações superficiais;
6. Aumentar a resiliência do abastecimento público de água;
7. Aumentar a resiliência do regadio público;
8. Reforçar a governança dos recursos hídricos (monitorização, licenciamento, fiscalização e sensibilização);
9. Reforçar a governança dos serviços de água”.

O **Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (2º ciclo) – RH8**, trata-se de um instrumento de planeamento da água que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas (encontra, atualmente, em elaboração o 3º ciclo). O Plano para a região do Algarve apresenta um total de 8 Objetivos Estratégicos (OE), com os quais o ITI do Algarve e Alentejo se articula:

- ▶ OE1. Adequar a Administração Pública na gestão da água;
- ▶ OE2. Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água;
- ▶ OE3. Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;
- ▶ OE4. Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;
- ▶ OE5. Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;
- ▶ OE6. Promover a sustentabilidade económica da gestão da água;
- ▶ OE7. Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água;
- ▶ OE8. Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais.

O **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana**, correspondente à RH7, a par do anterior visa igualmente a proteção e valorização ambiental, social e económica das águas da região hidrográfica. Pretende ainda compatibilizar as suas utilizações com as suas disponibilidades.

O Plano assenta em 9 Objetivos Estratégicos (OE), verificando-se uma total articulação com o ITI do Algarve e Alentejo:

- ▶ OE1. Adequar a Administração Pública na gestão da água;
- ▶ OE2. Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água;
- ▶ OE3. Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;
- ▶ OE4. Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;
- ▶ OE5. Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;
- ▶ OE6. Promover a sustentabilidade económica da gestão da água;
- ▶ OE7. Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água;
- ▶ OE8. Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais;
- ▶ OE9. Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol.

***A incluir referência ao Plano Regional de Eficiência Hídrica (PREH) da região do Alentejo (documento não disponível)***

O tema das florestas e da proteção da paisagem

também se encontra refletido nas áreas em que o ITI pretende intervir no seu território sendo, deste modo, importante para o alcance de um bem maior, que a presente abordagem se alinhe e ajude a concretizar os objetivos, metas e prioridades definidos nos **Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) do Algarve e o PROF do Alentejo** e no **Programa de Reordenamento Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves (PRGPSMS)**.

Os PROF para o Algarve e Alentejo foram construídos já tendo por base uma estratégia conjunta para os dois territórios, assim se observa através dos princípios e objetivos definidos, partilhados entre os dois Planos.

O ITI do Algarve e Alentejo está alinhado com os Objetivos Estratégicos de ambos os PROF, nomeadamente no que concerne à minimização clara da exposição ao risco de incêndios florestais e agentes bióticos, à especialização inteligente para o território, à melhoria do que é hoje a gestão da floresta e da produtividade dos povoamentos, ao aumento da internacionalização e do valor dos produtos autóctones, apoiando-se também na melhoria da eficiência e da competitividade do próprio setor e, por fim, a uma racionalização e claro, simplificação dos instrumentos de política.

Os PROF assentam em 8 princípios partilhados e alinhados com o ITI, são eles o princípio da: Boa governança; Exigência e qualidade; Gestão sustentável; Máxima eficiência; Multifuncionalidade dos espaços florestais; Responsabilização; Transparência; Uso racional.

A questão da paisagem e a forma como é trabalhada é um dos objetivos que o ITI abarca, estando assim garantida a articulação com o PRGPSMS. Entre os 4 temas principais do Programa o alinhamento entre este e o ITI verifica-se nos temas: da água, nomeadamente através da valorização das linhas de água; dos mosaicos de gestão de combustível; dos solos e do aproveitamento dos resíduos provenientes do recurso florestal; da paisagem através da reabilitação do sistema dos socos e da defesa da floresta contra incêndios florestais.

Por fim, importa ainda observar o **Plano Nacional da Água (PNA)**, enquanto documento orientador de políticas nacionais para o tema da Água, onde se verifica uma total concordância entre o ITI e o Plano, ao nível da definição dos seguintes objetivos fundamentais:

- ▶ “A proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas

necessidades de água;

- ▶ A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- ▶ O aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas”.

#### Articulação com Instrumentos de Estratégia

A pertinência da presente abordagem territorial prende-se com o facto de ser uma estratégia alargada, que não reconhece fronteiras entre o Algarve e o Alentejo, sobre temas com forte impacto nestas duas regiões, mas que afetam também o país como um todo. É deste modo importante analisar a articulação do ITI do Algarve e Alentejo com os principais documentos estratégicos de âmbito nacional e regional.

Os principais documentos âncora do ITI prendem-se com o **Portugal 2030**, com a **Estratégia Regional Algarve 2030** (Algarve 2030) e com a **Estratégia Regional Alentejo 2030** (Alentejo 2030).

O Portugal 2030 reflete as prioridades da União Europeia (Europa 2030), no contexto nacional, encontrando-se assente em 4 agendas temáticas:

1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
2. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
3. Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
4. Um país competitivo externamente e coeso internamente.

A estas agendas estão associados 18 objetivos estratégicos, dos quais o ITI do Algarve e Alentejo contribui para o alcance dos seguintes: “1.1 Sustentabilidade demográfica; 1.2 Promoção da inclusão e luta contra a exclusão; 1.4 Combate às desigualdades e à discriminação; 3.1 Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética; 3.4 Agricultura e florestas sustentáveis; 4.2 Competitividade e coesão na baixa densidade”.

No contexto das opções programáticas previstas do Acordo de Parceria – Portugal 2030 (versão em consulta pública 15 de novembro de 2021), para além do OP5 Portugal + Próximo onde o ITI está enquadrado, as intervenções previstas apresentam:

- ▶ Uma **articulação direta com o OP2 Portugal + Verde** (com destaque para o OE 2.5 Promover o acesso e a gestão sustentável da água, OE 2.6 Promover a transição para uma economia circular e eficiente no uso de recursos e OE 2.7 Reforçar a proteção e a preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, incluindo em áreas urbanas, e reduzir todos os tipos de poluição);
- ▶ E indireta com as dimensões OP1 Portugal + Competitivo (nomeadamente com o OE 1.1 Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas ou OE 1.5 Melhorar a conectividade digital) e OP4 (com destaque para o OE 4.a Melhorar o acesso ao emprego (...), o OE 4.f. Promover a igualdade de acesso e a conclusão de uma educação e formação e ou OE 4.g. aprendizagem ao longo da vida (...)).

O Algarve 2030 e o Alentejo 2030 são documentos que refletem a aplicação nos seus territórios da Estratégia Portugal 2030. O Algarve 2030 encontra-se dividido em Objetivos de Política, com os quais o ITI se articula:

1. Um Algarve mais inteligente;
2. Um Algarve mais verde e hipocarbónico;
3. Um Algarve mais conectado;
4. Um Algarve mais social;
5. Um Algarve mais próximo das pessoas.

No que concerne ao Alentejo 2030, este encontra-se organizado em **6 Objetivos Estratégicos**, todos eles em articulação com o preconizado no presente ITI:

1. Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família;
2. Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a económica circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água;
3. Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências;
4. Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial;

5. Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região, fator de competitividade e coesão territorial;
6. Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva.

Ainda em matéria dos programas estruturais importa analisar a articulação do ITI com **Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) 2021-2027** (encontrando-se a decorrer a 2ª consulta alargada), que se encontra em consonância com a intenção do presente ITI, representando um importante meio de financiamento para a concretização do mesmo. O PEPAC para o período entre 2023-2027 assenta em Objetivos Gerais:

- ▶ OG 1. Promover um setor agrícola inteligente, resiliente e diversificado, de modo a garantir a segurança alimentar;
- ▶ OG 2. Apoiar a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contribuir para a consecução dos objetivos da União relacionados com o clima;
- ▶ OG 3. Reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais.

O PEPAC 2021-2027 apresenta uma **arquitetura de programação organizada em dois Pilares que se desdobram em 6 eixos**. Tendo em conta a temática e o quadro geral de ação para o ITI, é possível verificar um alinhamento, representando uma possível fonte de financiamento, com:

- ▶ Eixo A. Rendimento e Sustentabilidade:
  - A3. Sustentabilidade – Ecorregime.
- ▶ Eixo C. Desenvolvimento Rural:
  - C1. Gestão Ambiental e Climática;
  - C2. Investimento e Rejuvenescimento;
  - C3. Sustentabilidade das Zonas Rurais;
  - C4. Riscos e Organização da Produção;
  - C5. Conhecimento.
- ▶ Eixo D. Abordagem Territorial Integrada, para o continente:
  - D2. Programas de Ação em Áreas Sensíveis;
  - D3. Regadios Coletivos.

Num ano marcado pelo vírus SARS-CoV-2 o **Plano de Recuperação e Resiliência** de Portugal, encontra-se inserido na resposta da União Europeia à emergência de saúde pública causada pela Pandemia da Covid-19 e encontra-se alinhado com as prioridades europeias em matéria de alterações climáticas e transição digital.

O ITI do Algarve e Alentejo alinha-se com o PRR, em 4 das suas 20 componentes de investimento:

**Capitalização e inovação empresarial**, através do incentivo à descarbonização e ao uso sustentável dos recursos endógenos; **Florestas** no que concerne ao planeamento e gestão sustentável das mesmas; **Gestão hídrica** um dos alicerces do presente ITI com o intuito de mitigar os problemas de seca relacionados com o abastecimento e os sistemas de regadios; **Bioeconomia sustentável**.

No **Programa Nacional de Investimentos (PNI) 2030**, encontra-se previsto investimentos em 4 áreas estratégicas: transportes e mobilidade; ambiente; energia; e regadio. O ITI do Algarve e Alentejo alinha-se com os 3 últimos investimentos.

O PNI 2030 está assente em 19 eixos estratégicos que pretendem responder aos 4 setores de investimento, importa destacar pela sua ligação direta ao ITI os investimentos em matéria do ciclo urbano da água, da gestão de resíduos, dos passivos ambientais, da gestão dos recursos hídricos, da gestão dos efluentes agropecuários e agroindustriais, da conservação da natureza e biodiversidade, da eficiência energética, da adaptação do território e dos recursos de capital natural, no que concerne aos investimentos no regadio.

Por fim, foi ainda verificada a articulação com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Organização das Nações Unidas, enquanto ponto de partida de orientação estratégica para todas as estratégias, tendo como objetivo o alcance conjunto das metas definidas para a construção de um mundo melhor, verificando-se uma concordância.

#### Articulação com Instrumentos de Estratégia Temáticos

A **Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) 2030** do Alentejo, identifica os 6 principais domínios de especialização inteligente para o território: Bioeconomia sustentável; Energia sustentável; Mobilidade e logística; Serviços de Turismo e Hospitalidade; Ecossistemas culturais e criativo; Inovação social e cidadania.

O ITI do Algarve e Alentejo encontra-se alinhado com 4 dos 6 domínios de especialização, nomeadamente a **bioeconomia sustentável**, através valorização dos recursos naturais da região ou na criação de novos usos para os mesmos, a **energia sustentável**, aliado à utilização das energias renováveis, os **ecossistemas culturais e criativos**, tendo em vista o reforço da sua marca, o aumento da competitividade e da capacidade atrativa de novos residentes, e a **inovação social e cidadania**, partindo do pressuposto de um território inovador no

âmbito de políticas públicas que promovam uma cidadania plena.

A **EREI do Algarve 2030** identifica 6 domínios de especialização, dois consolidados, Turismo e Mar e quatro em consolidação centrados nas Energias Renováveis, Saúde e Longevidade, Agroalimentar e TIC, Indústrias Culturais e Criativas, estando o ITI alinhado de forma transversal com todos eles, Complementarmente, numa lógica multidimensional, a EREI do Algarve estabelece um conjunto de desafios societais, que das alterações climáticas à economia circular, da digitalização à segurança alimentar ou à dieta mediterrânica, encontram respaldo nos objetivos do ITI.

A transição climática enquadrada no *European Green Deal* requer a disponibilidade e compromisso dos países para atingir metas que contribuam para objetivo de uma Europa de neutralidade carbónica até 2050, deste modo é importante que o ITI do Algarve e Alentejo esteja alinhado como o **Pacto Ecológico Europeu**, com outros instrumentos que se apresentam de seguida e com as suas 5 prioridades: 1. Proteger a nossa biodiversidade e os nossos ecossistemas; 2. Reduzir a poluição do ar, da água e do solo; 3. Transitar para uma economia circular; 4. Melhorar a gestão dos resíduos sólidos; 5. Garantir a sustentabilidade dos nossos setores da economia azul e das pescas – o que se verifica em todos exceto na prioridade 5. Das 8 ações prioritárias imposta pelo Pacto, o presente ITI está alinhado com as seguintes:

- ▶ **Clima** (neutralidade climática): contribuindo para torna a Europa mais neutra até 2050 e para o alcance da meta de menos 55% de emissões líquidas de gases com efeito de estufa;
- ▶ **Energia** (transição para energias limpas): contribuindo para a descarbonização do sistema energético da União Europeia, nomeadamente através da transição para a utilização de energias renováveis como a principal fonte energética;
- ▶ **Agricultura** (sistema alimentar saudável): contribuindo nomeadamente para a redução da pegada ambiental e climática do sistema alimentar da União Europeia;
- ▶ **Investigação e Inovação** (impulsionar a transformação): contribuindo através da modernização da economia e da sociedade.

Seguindo o tema da neutralidade carbónica e sustentabilidade ambiental, dentro da estratégia para a neutralidade carbónica da União Europeia, importa agora observar o alinhamento do ITI do Algarve e Alentejo com o **Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC) 2050**, o **Plano Nacional Energia e**

**Clima (PNEC) 2030 e o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (PAAAC) 2030 (P-3AC).** O Quadro 8 que se segue aponta para essa concordância do ITI com as premissas, as prioridades e as metas de cada instrumento estratégico.

A **Agenda Regional da Economia Circular do Algarve**, prevista no Plano de Ação para a Economia Circular, aprovado pela RCM n.º 190-A/2017, de 23 de novembro, é um documento estratégico para a transição e aceleração da economia circular, adequado aos perfis socioeconómicos da região. O ITI do Algarve e Alentejo encontra-se em sintonia com a Agenda, uma vez que este tem em conta as preocupações com o tema, prevendo ter uma contribuição positiva para a concretização da mesma.

Para a região do Algarve, Agenda apresenta a seguinte visão “O Algarve aspira ser em 2030 uma região de referência na economia circular, com um

novo modelo económico baseado na inovação para a desmaterialização, obtendo dos recursos maior valor e utilidade, pelo maior período possível. O desenvolvimento sustentável do Algarve será obtido com os diferentes atores da região, através de uma gestão corresponsável dos recursos, da promoção da conservação da biodiversidade e da equidade social, em prol da qualidade de vida”.

O principal objetivo da agenda é “atingir uma sociedade sem desperdício assente em práticas de produção e consumo sustentáveis implica:

- ▶ Conceber produtos que excluam a produção de resíduos e a poluição;
- ▶ Manter produtos em uso, no seu valor económico máximo, por mais tempo;
- ▶ Regenerar materiais e os sistemas naturais subjacentes;
- ▶ Fontes renováveis de energia”.

**Quadro 8. Prioridades de orientação de políticas públicas para o desenvolvimento regional**

Estratégias		Alinhamento com o ITI
RCN 2050	<b>8 premissas fundamentais:</b>	
	Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar	Sim
	Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050	Sim
	Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas	Sim
	Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica	Sim
	Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento	Não
	Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território	Sim
	Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica (governança) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais	Sim
	Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva	Sim
PNEC 2030	<b>5 metas:</b>	
	Reduzir as emissões	Sim
	Aumentar a eficiência energética	Sim
	Aumentar as energias renováveis	Sim
	Aumentar as energias renováveis nos transportes	Não
	Interligações elétricas	Não
PAAAC 2030	<b>8 prioridades de intervenção:</b>	
	Aumento da frequência e da intensidade de incêndios rurais	Sim
	Aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor	Sim
	Aumento da frequência e da intensidade de períodos de secas e de escassez de água	Sim
	Aumento da suscetibilidade à desertificação	Sim
	Aumento da temperatura máxima	Sim
	Aumento da frequência e da intensidade de eventos de precipitação extrema	Sim
	Subida do nível das águas do mar	Sim
	Aumento de frequência e da intensidade de fenómenos extremos que provocam galgamento e erosão costeiros	Sim

Fonte: EY-Parthenon, 2021

A nível regional é importante destacar o **Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC)**, que como o próprio nome indica possui um âmbito intermunicipal. O PIAAC do Algarve tem como intuito a melhoria do conhecimento sobre as matérias relacionadas com as alterações climáticas, para que deste modo seja possível implementar medidas de adaptação, promovendo as mesmas junto das políticas sectoriais. O PIAAC encontra-se assente em 5 objetivos, os quais se encontram em consonância com o objeto do presente ITI, como sendo o aumento do conhecimento sobre o sistema climático do Algarve de modo a averiguar quais os impactos concretos que este tem sobre os recursos hídricos, a agricultura, a biodiversidade, as florestas, a economia, a energia, segurança de pessoas e bens e sobre as zonas costeiras, como o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

O ITI encontra-se ainda alinhado com o objetivo da redução das vulnerabilidades do território aos impactos nefastos das alterações climáticas, tendo como intuito o aumento da sua capacidade de resposta, baseando-se em casos de boas práticas e estudo científicos, sempre numa base que promova o envolvimento dos agentes locais.

Na Região Alentejo, os PIAAC estão divididos pelas 5 NUT III, sendo elaborados pelas respetivas comunidades intermunicipais, no entanto apenas se encontram terminados os PIAAC do Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo e Alentejo Central.

Em todos é comum a necessidade de preparar o território e de capacitá-lo com ferramentas capazes de fazer face aos desafios climáticos, em questões como os sistemas produtivos, água, ecossistemas, entre outros.

A questão dos regadios é um dos objetos do ITI do Algarve e Alentejo, tendo em vista expansão dos sistemas e melhoramentos nos existentes, tornando-os mais resilientes e sustentáveis. É por isso importante verificar a correspondência entre o ITI e o **Programa Nacional de Regadios (PNR)**, que se encontra assente em 6 objetivos estratégicos, todos eles em linha com o ITI:

- ▶ A sustentabilidade dos recursos solo e água;
- ▶ A eficiência energética;
- ▶ A rentabilização dos investimentos;
- ▶ O respeito pelos valores ambientais;
- ▶ O envolvimento e participação dos interessados;
- ▶ O enquadramento nos princípios genéricos da Programação do PDR 2020.

Em linha com o anterior Programa, também se verifica uma ligação entre o ITI do Algarve e Alentejo com a **Agenda da Inovação para a Agricultura - Terra Futura** em 4 das 5 metas da agenda definidas: instalar 80% dos novos jovens agricultores e territórios de baixa densidade; aumentar em 15% o valor da produção agroalimentar; mais de metade da área agrícola em regimes de produção sustentável reconhecidos; aumentar em 60% o investimento em investigação e desenvolvimento.

As questões que se prendem com a paisagem, são igualmente contempladas pelo ITI, sendo por isso importante que este esteja articulado com a **Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)** que tem como intuito a valorização da arquitetura, da paisagem e do património cultural, do ponto de vista da qualidade e do conhecimento, promovendo deste modo o bem-estar e a qualidade de vida de todos. O ITI, dos 5 objetivos gerais da política, encontra-se alinhado com o objetivo da melhoria da qualidade de vida, da prossecução do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento urbano sustentável.

#### Cooperação territorial

As regiões do Algarve, Alentejo e Andaluzia desenvolvem uma área de cooperação institucional no âmbito do Programa de Cooperação Intrafronteira Espanha-Portugal (POCTEP), no âmbito do INTERREG Espanha-Portugal, registando já vários anos de cooperação no seio da Euroregião do Alentejo, Algarve e Andaluzia (EuroAAA). No caso particular do Algarve e Andaluzia esta cooperação conta com mais de 30 anos de parceria.

A sigla POCTEP decorre do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013, tendo sido mais tarde renomeado para a sua atual denominação no período programático de 2014-2020. O POCTEP tem proposto para o período 2021-2027 as seguintes prioridades:

- ▶ **Prioridade 1.** Fortalecer o espaço transfronteiriço aproveitando o potencial da cooperação para melhorar a competitividade empresarial, consolidar o ecossistema científico e tecnológico, e fomentar a digitalização;
- ▶ **Prioridade 2.** Fomentar a cooperação para maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos do território e o desenvolvimento de setores-chave, avançando na especialização inteligente;
- ▶ **Prioridade 3.** Avançar na transição ecológica e adaptação às mudanças climáticas do espaço transfronteiriço através da cooperação como ferramenta para o fomento da economia verde e a economia azul;

- ▶ **Prioridade 4.** Proteger e conservar a biodiversidade nos espaços naturais e valorizar os ecossistemas naturais e o meio ambiente urbano do espaço transfronteiriço através da cooperação;
- ▶ **Prioridade 5.** Promover a cooperação para o desenvolvimento de condições de vida atrativas na zona fronteiriça em termos de inclusão social, igualdade de oportunidades e acesso aos serviços públicos transfronteiriços;
- ▶ **Prioridade 6.** Impulsionar através da cooperação transfronteiriça o desenvolvimento de estratégias multissetoriais de desenvolvimento integrado e sustentável.

O espaço transfronteiriço entre Portugal e Espanha encontra-se organizado em 6 áreas de cooperação, sendo a quinta composta pelo Alentejo, Algarve e Andaluzia. É com este âmbito que a 5 de maio de

2010 foi criada a rede de colaboração – **Euroregião AAA** – tendo como intuito fomentar o diálogo entre entidades públicas e privadas tendo em vista o desenvolvimento deste território, em áreas como a competitividade, emprego, ambiente e meio natural, acessibilidades, ordenamento do território e integração económica e social.

O ITI, enquanto oportunidade para o desenvolvimento territorial entre as regiões do Algarve e Alentejo, poderá ainda beneficiar da cooperação transfronteiriça, uma vez que o seu território de intervenção abrange concelhos da raia e que se encontra alinhado com todas as prioridades do POCTEP e com os fundamentos da EuroAAA. A rede de colaboração poderá ser por isso um importante parceiro para alavancar o ITI no território transfronteiriço, tal como tem acontecido ao longo dos últimos anos.



## 5. Os mecanismos de parceria e governação

Este capítulo versa a proposta de princípios de governação do ITI, tendo em vista a plena articulação das iniciativas e o envolvimento permanente dos parceiros chave na implementação.

### 5.1. Potenciais parceiros chave

### 5.2. Princípios para o modelo governação



## 5.1. Potenciais parceiros-chave

O modelo de governação de um instrumento desta natureza deverá contemplar um conjunto de entidades e de atores dos diversos setores da economia, da sociedade civil e do associativismo, de representatividade setorial, de modo a cobrir a temática do mesmo, podendo, ou não, ter representatividade nacional ou apenas regional, dependendo da sua relevância/importância temática.

As diferentes entidades e atores a constituírem a Assembleia Geral (desenvolvido no próximo ponto), desempenham, individual e coletivamente, um papel singular no apoio ao desenvolvimento e implementação do ITI. Deste modo revela-se importante o mapeamento de um conjunto de entidades suficientemente abrangente, para que, de forma concertada, unam os esforços necessários para a implementação do ITI e o alcance dos objetivos que tem implícitos.

As tipologias de entidades definidas como atores relevantes para este instrumento são: **Administração central; Administração regional; Entidades regionais; Administração local (municípios); Administração local (Juntas de Freguesia); Entidades de desenvolvimento local; Grupos de**

**ação local (GAL); Entidades de promoção turística; Entidades ambientais; Organizações não governamentais (ONG) ou Organizações não governamentais de ambiente (ONGA); Instituições de ensino; Centros de investigação e Centros tecnológicos** (Quadro 9), entre outros.

Devido às diferentes tipologias de entidades e atores à escala de intervenção do órgão a criar, importa desenvolver um plano para a constituição do mesmo, que responda às necessidades de promoção e implementação da estratégia e que evite a complexidade burocrática, simplificando a atuação dos atores promotores do desenvolvimento.

Os princípios de liderança cooperativa e de governação multinível entre os diferentes atores serão de forte importância para garantir a eficiência do órgão sugerido no ponto 5.2.

O Anexo 4 apresenta um mapeamento mais completo (tendencialmente exaustivo) das possíveis entidades e atores a integrar o ITI, organizadas por tipologias, verificando igualmente a correspondência com as áreas temáticas.

Quadro 9. Tipologia de entidades

Tipologia de entidades	Descrição	Entidades (exemplificativo e não exaustivo)
Administração central	Têm o papel de agregadores e de elementos de coesão não só a nível nacional, mas também na perspetiva de enquadramento da estratégia regional com a estratégia nacional definida.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ministério do Ambiente e da Ação Climática</li> <li>Ministério da Agricultura</li> <li>Ministério da Coesão Territorial</li> <li>Ministério do Planeamento</li> </ul>
Administração regional	Desempenham a função de veicular e garantir que as necessidades das áreas territoriais que integram são representadas e são um primeiro elemento de promoção dos interesses da administração ao nível concelhio e ao nível de freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>CCDR Algarve</li> <li>CCDR Alentejo</li> </ul>
Entidades regionais		<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral</li> <li>Comunidade Intermunicipal Algarve</li> <li>Comunidade Intermunicipal Baixo Alentejo</li> </ul>
Administração local (municípios)	São os beneficiários diretos, intervenientes importantes na execução da estratégia proposta e elementos relevantes pelo conhecimento da realidade local que possuem.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Câmaras Municipais abrangidas pelo território de intervenção</li> </ul>
Administração local (freguesias)		<ul style="list-style-type: none"> <li>Juntas de Freguesia abrangidas pelo território de intervenção</li> </ul>
Entidades de desenvolvimento local	Entidades com um papel de desenvolvimento territorial transversal. Focam-se na melhoria das condições de vida a nível local, tendo assim um conhecimento abrangente do terreno e das suas especificidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Direção-Geral do Território (DGT)</li> <li>ADL – Associação de Desenvolvimento Local do Litoral Alentejano</li> <li>Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste</li> <li>Associação ODIANA</li> <li>Agência de Desenvolvimento do Barlavento</li> <li>Associação Terras do Infante – Associação de Municípios</li> </ul>

Tipologia de entidades	Descrição	Entidades (exemplificativo e não exaustivo)
Grupos de ação local (GAL)	Essenciais para assegurar o reforço da capacidade dos agentes locais de implementar a estratégia, assim como para realizar a monitorização e execução de ações de avaliação dessa mesma estratégia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação In-Loco - Desenvolvimento e Cidadania</li> <li>• GAL Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado</li> <li>• Alentejo XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural</li> <li>• Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste</li> <li>• GAL Terras do Baixo Guadiana</li> </ul>
Entidades de promoção turística	Instituições de cariz nacional, regional ou local com funções a desempenhar na promoção dos territórios que representam enquanto destinos turísticos. Incluem-se também as entidades representativas dos profissionais do setor.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo de Portugal</li> <li>• Região de Turismo do Algarve</li> <li>• Turismo do Alentejo e Ribatejo – ERT</li> <li>• ARPTA – Agência Regional Promoção Turística (...)</li> <li>• Região de Turismo do Alentejo</li> </ul>
Entidades ambientais	Entidades com um papel importante nos diversos focos do ITI e com uma função relevante enquanto agentes de convergência entre atores do setor privado da área ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• APA – Agência Portuguesa do Ambiente</li> <li>• ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas</li> <li>• DRAP – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo</li> <li>• DRAP – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve</li> <li>• ARH – Administração Regional Hidrográfica do Alentejo</li> <li>• ARH – Administração Regional Hidrográfica do Algarve</li> <li>• (...)</li> </ul>
Organizações não governamentais (ONG) ou Organizações não governamentais de ambiente (ONGA)	Atores de índole privada que representam uma causa e apresentam iniciativas de promoção da mesma. As ONGAs diferem de ONGs na medida em que representam unicamente causas ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ANP – Associação Natureza Portugal</li> <li>• CNA – Confederação Nacional da Agricultura</li> <li>• Quercus</li> <li>• Almargem</li> <li>• (...)</li> </ul>
Instituições de ensino e entidades de promoção de emprego	Principais instituições de ensino regionais que contribuem para a formação e capacitação do capital humano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade de Évora</li> <li>• Universidade do Algarve</li> <li>• Instituto Politécnico de Beja</li> <li>• Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (ISMAT)</li> <li>• IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional</li> <li>• (...)</li> </ul>
Centros de investigação		<ul style="list-style-type: none"> <li>• CITUR - Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação no Turismo</li> <li>• Agrobio</li> <li>• (...)</li> </ul>
Centros tecnológicos e associações empresariais	Entidades que se dedicam a atividades de I&D&I aplicadas aos setores de atividade regionais mais relevantes (p.e. turismo, agricultura) e à gestão eficiente e sustentável dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sines Tecnopolo</li> <li>• CEAL - Confederação dos Empresários do Algarve</li> <li>• NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve</li> <li>• NERBE/AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral</li> <li>• (...)</li> </ul>

Fonte: EY-Parthenon, 2021

## 5.2. Princípios para o modelo de governação

A proposta de modelo geral de governação do ITI (Figura 10) visa promover uma implementação colaborativa a regional e local, assumindo as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve e Alentejo o papel de coordenação, articulando a implementação do ITI entre os diversos atores.

Reforça-se assim a importância de construir um modelo capaz de unir os atores importantes para a concretização do ITI, admitindo a possibilidade de criar uma entidade formal de natureza associativa de direito privado, que seja responsável pela assinatura do protocolo de gestão do ITI com as Autoridades de Gestão.

Esta entidade, mais do que assinar o protocolo, será responsável por gerir todo o processo de execução do ITI. Internamente, é importante que a entidade desenvolvida seja composta por órgãos de gestão interna, com responsabilidades definidas, que garantam a robustez e contínua implementação das medidas definidas no documento apresentado.

O órgão formal deverá ser regido por estatutos que representem de uma forma justa e igualitária os seus membros, atribuindo funções e responsabilidades aos seus variados elementos. É importante assegurar que estará presente um sistema de monitorização e avaliação que faça o acompanhamento dos trabalhos realizados.

Importa destacar o papel de cada um dos atores relevantes no modelo de governação a apresentar: cabe à **CCDR Alentejo e CCDR Algarve** o papel de gestão organizacional e de coordenação do novo mecanismo colaborativo, bem como a ativação e execução das funções do mesmo, suportadas pelo papel das **CIM** e dos seus Conselhos Intermunicipais no desempenho de funções. Aos **restantes atores estratégicos** serão atribuídas funções dependentes da sua presença em algum dos órgãos apresentados, e a todos os presentes na Assembleia Geral (AG) serão atribuídas funções e responsabilidades de monitorização do processo de execução do ITI.

Este órgão será constituído por uma **Direção/Comissão de Coordenação** que ficará a cargo da CCDR do Algarve e da CCDR do Alentejo, uma **Equipa** de Monitorização (EEM), que será responsável pela monitorização de todo o processo. Da Direção/Comissão de Coordenação derivará uma **Equipa Técnica (ET)** e um **Conselho Inter-regional**, descentralizado entre as duas regiões. Por fim, toda esta estrutura contará com uma **Assembleia Geral (AG)** composta por todos os atores:

- ▶ À **Direção/Comissão de Coordenação** cabe assumir responsabilidades de gestão tais como, desenvolver e aprovar o regulamento interno, numa primeira fase, assegurar o acompanhamento das atividades, monitorizar o cumprimento do plano definido, assegurar a gestão operacional e a gestão da relação com as autoridades gestoras do Programas Operacionais, nomeadamente no que concerne aos avisos, candidaturas e consequente acompanhamento das mesmas.

É ainda da sua competência analisar e emitir pareceres sobre documentos que lhe sejam submetidos no âmbito dos trabalhos deste órgão. Cabe-lhe igualmente a dinamização de fóruns temáticos e setoriais que promovam os eixos das iniciativas apresentadas, idealmente com uma periodicidade definida. A Direção será presidida pela figura de um Presidente, um vice-presidente e respetivos vogais da mesma. Será apoiada pelo Conselho Inter-regional na definição e execução de trabalhos;

- ▶ A presença de uma **Equipa de Monitorização** que assuma a responsabilidade da avaliação, que reúna periodicamente e que seja capaz de agregar todas as instituições financiadoras das ações em questão, deverá incluir peritos no desenvolvimento de instrumentos da mesma índole. Desta comissão farão ainda parte atores transfronteiriços que são agentes importantes na procura de obtenção de sinergias na implementação da estratégia pretendida;
- ▶ Ao **Conselho Inter-regional**, presidirá a CCDR do Algarve e a CCDR do Alentejo, desenvolvendo iniciativas de dinamização do ITI, garantindo o devido envolvimento dos promotores, atores relevantes e da comunidade, desempenhando ainda um importante papel no acompanhamento, monitorização e avaliação dos impactos da implementação do ITI. No Conselho Inter-regional poderão ainda ser incluídos, consoante a pertinência, atores que promovam o desenvolvimento de animação territorial, como são exemplos as Associações de Desenvolvimento Local.

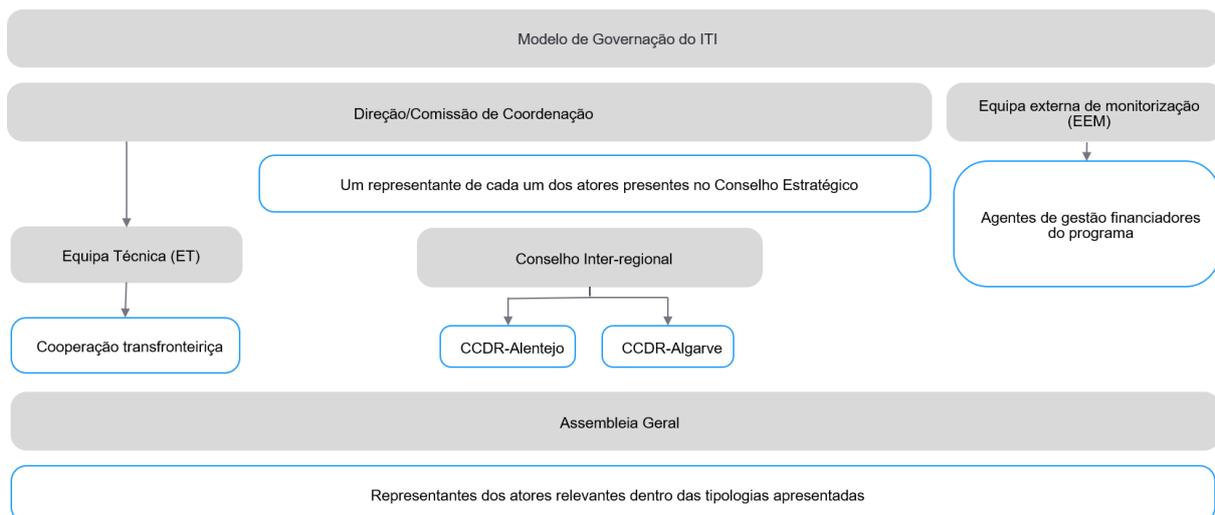
Adicionalmente é de realçar a pertinência destes atores formarem equipas intersectoriais baseadas nas áreas de intervenção temáticas previamente mencionadas no quadro geral de ação. Estas vão assegurar o correto acompanhamento e monitorização de impactos de forma setorial e intersectorial do ITI.

- ▶ A **Equipa Técnica**, constituída pela direção, será responsável pela ativação da parceria, bem como pela execução correta das ações definidas. Estará segmentada por áreas de execução, entre as quais se destacam as áreas de execução financeira e execução funcional do ITI, assim como outras segmentações que se considerem relevantes para o exercício das suas funções;
- ▶ A **Assembleia Geral (AG)** é composta pelos representantes dos principais atores de importância estratégica, no território de intervenção. Tem como funções garantir a aplicação do modelo de governação e gestão política da organização. Tem ainda em si as funções de deliberar e avaliar os progressos

feitos no seio da mesma. Será composta por um elemento representante das seguintes entidades: Administração Central e Local; as CCDR, APA, DRAP; ICNF, CIM das regiões abrangidas; as ADL e os GAL com incidência do território de intervenção, as Universidades e Politécnicos e os seus centros de investigação; ONGs e/ou ONGAs; e Associações Florestais, por exemplo). A AG deverá contar também com a presença de agentes transfronteiriços, devido à natureza particular de algumas iniciativas apresentadas.

Apesar da estrutura geral aqui apresentada, a abertura para possíveis alterações deverá ser ponderada tendo em conta a evolução do panorama de implementação das ações.

Figura 10. Proposta de organograma do Modelo de Governação



Fonte: EY-Parthenon, 2021



# Anexos

Anexo 1. Siglas e Acrónimos

Anexo 2. Referências bibliográficas e outras fontes de informação

Anexo 3. Momentos chave da construção do ITI do Algarve e Alentejo

Anexo 4. Lista de potenciais parceiros chave



## Anexo 1. Siglas e Acrónimos

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

AG – Assembleia Geral

CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

DGT – Direção Geral do Território

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE+ - Fundo Social Europeu

FTS – Fundo para a Transição Justa

GAL – Grupos de Ação Local

I&D – Investigação e Desenvolvimento

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

ITI – Investimento Territorial Integrado

NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OE – Objetivos Específicos

PAAAC – Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas

PEPAC – Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

PIAAC – Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas

PNA – Plano Nacional da Água

PNAP – Política Nacional de Arquitetura e Paisagem

PNEC – Plano Nacional Energia e Clima

PNI – Programa Nacional de Investimentos

PNPOT - Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNR – Programa Nacional de Regadios

POCTEP - Programa de Cooperação Inter-Fronteira Espanha-Portugal

PREH – Plano Regional de Eficiência Hídrica

PRGPSMS – Programa de Reordenamento Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves

PROF – Planos Regionais de Ordenamento Florestal

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RCM – Resolução de Concelho de Ministros

REN – Reserva Ecológica Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RNC – Roteiro para a Neutralidade Carbónica

SIR – Sistema de Informação de Regadios

UE – União Europeia

UF – União de freguesias

ZEC – Zonas Especiais de Conservação

ZIF – Zonas de Intervenção Florestal

ZPE – Zona de Proteção Especial

## Anexo 2. Referências bibliográficas e outras fontes de informação

Abordagens Territoriais – Uma análise aplicada ao Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020

Agenda da Inovação pra a Agricultura – Terra Futura

AICEP Portugal Global

Alentejo 2030 – Estratégia Regional

Algarve 2030 – Estratégia de Desenvolvimento Regional

Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020, no Contexto da Convergência e Coesão Territorial

Cordão Verde – Água e Ecossistemas de Paisagem, Proposta de Intervenção Territorial Integrada

Estratégia Portugal 2030 – Documento de Enquadramento Estratégico

Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

Investimento Territorial Integrado – Política de Coesão 2014-2020

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Pacto Ecológico Europeu

Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (2º ciclo)

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (2º ciclo)

Plano de Recuperação e Resiliência

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2021-2027

Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve

Plano Nacional da Água

Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território

Plano Nacional de Energia e Clima 2030

Plano Regional de Eficiência Hídrica da Região do Algarve

Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve

Política Nacional de Arquitetura e paisagem

Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020

Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas 2030

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves

Programa Nacional de Investimentos

Programa Nacional de Regadios

Proposta de Resolução do Parlamento Europeu sobre as novas ferramentas de desenvolvimento territorial da Política de Coesão 2014-2020

Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

Sistema de Informação de Regadios – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional.

### Anexo 3. Momentos chave da construção do ITI do Algarve e Alentejo

Para além do trabalho em estreita articulação com as CCDR do Algarve e Alentejo, foram ouvidas algumas entidades importantes para o desenvolvimento do território, em três momentos de auscultação:

- ▶ 23 de julho de 2021 – Administração Regional Hidrográfica do Algarve e Alentejo;
- ▶ 23 de julho de 2021 – Grupos de Ação Local:
  - Associação In-Loco - Desenvolvimento e Cidadania;
  - VICENTINA - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste;
  - Terras Baixo Guadiana;
  - Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado;
  - Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado;
  - ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste;
  - Alentejo XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural;
  - ADL – Associação de Desenvolvimento Local do Litoral Alentejano;
  - ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo.
- ▶ 23 de julho de 2021 – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e Alentejo.

O processo de recolha de informação também tem sido realizado através de contributos escritos.

*(em desenvolvimento)*

## Anexo 4. Lista de potenciais parceiros chave

Quadro 10. Potenciais parceiros chave da Administração Central

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
Ministério do Ambiente e da Ação Climática	Público	•	•	•			•
Ministério da Agricultura	Público	•	•	•			
Ministério da Coesão Territorial	Público			•	•	•	•
Ministério do Planeamento	Público	•	•	•	•	•	•

Quadro 11. Potenciais parceiros chave da Administração Regional

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
CCDR Algarve	Público	•	•	•	•	•	•
CCDR Alentejo	Público	•	•	•	•	•	•

Quadro 12. Potenciais parceiros chave das Entidades Regionais

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
CIM Algarve	Público	•	•	•	•	•	•
CIM Baixo Alentejo	Público	•	•	•	•	•	•
CIM Alentejo Litoral	Público	•	•	•	•	•	•

Quadro 13. Potenciais parceiros chave da Administração Local (municípios)

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
CM Alcoutim	Público	•	•	•	•	•	•
CM Aljezur	Público	•	•	•	•	•	•
CM Castro Marim	Público	•	•	•	•	•	•
CM Loulé	Público	•	•	•	•	•	•
CM Monchique	Público	•	•	•	•	•	•
CM São Brás de Alportel	Público	•	•	•	•	•	•
CM Silves	Público	•	•	•	•	•	•
CM Tavira	Público	•	•	•	•	•	•
CM Vila do Bispo	Público	•	•	•	•	•	•
CM Vila Real de Santo António	Público	•	•	•	•	•	•
CM Odemira	Público	•	•	•	•	•	•

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
CM Almodôvar	Público	•	•	•	•	•	•
CM Mértola	Público	•	•	•	•	•	•
CM Ourique	Público	•	•	•	•	•	•
CM Lagos	Público	•	•	•	•	•	•

Quadro 14. Potenciais parceiros chave Administração Local (Juntas de Freguesia)

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
JF São Teotónio	Público	•	•	•		•	•
JF Santa Clara-a-Velha	Público	•	•	•		•	•
JF Sabóia	Público	•	•	•		•	•
JF Luzianes-Gare	Público	•	•	•		•	•
JF São Martinho das Amoreiras	Público	•	•	•		•	•
JF Relíquias	Público	•	•	•		•	•
JF São Salvador	Público	•	•	•		•	•
JF Santa Maria	Público	•	•	•		•	•
JF São Barnabé	Público	•	•	•		•	•
JF Santa Cruz	Público	•	•	•		•	•
UF de Almodôvar e Graça dos Padrões	Público	•	•	•		•	•
UF de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires	Público	•	•	•		•	•
JF São Marcos da Serra	Público	•	•	•		•	•
JF São Bartolomeu de Messines	Público	•	•	•		•	•
JF Silves	Público	•	•	•		•	•
UF de Algoz e Tunes	Público	•	•	•		•	•
JF Pademe	Público	•	•	•		•	•
JF Alte	Público	•	•	•		•	•
JF Ameixial	Público	•	•	•		•	•
JF Salir	Público	•	•	•		•	•
UF de Querença, Tôr e Benafim	Público	•	•	•		•	•
JF Cachopo	Público	•	•	•		•	•
JF Santa Catarina da Fonte do Bispo	Público	•	•	•		•	•
JF Azinhal	Público	•	•	•		•	•
JF Castro Marim	Público	•	•	•		•	•
JF Odeleite	Público	•	•	•		•	•
JF Vila Real de Santo António	Público	•	•	•		•	•
UF Barão de São João e Bensafim	Público	•	•	•		•	•

Quadro 15. Potenciais parceiros chave das Entidades de Desenvolvimento Local

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
Direção-Geral do Território (DGT)	Público	•	•	•	•	•	•
ADL – Associação de Desenvolvimento Local do Litoral Alentejano	Público	•		•	•	•	•
ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo	Público	•		•	•	•	•
IPDJ Algarve	Público	•					•
Gabinete de Ação Costeira Sotavento do Algarve - Camara Municipal de Olhão	Público	•	•	•			•
Gabinete de Ação Costeira Barlavento do Algarve - Agencia de Desenvolvimento do Barlavento	Público	•	•	•			•
ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários	Privado	•			•	•	•
Euroregião do Alentejo, Algarve e Andaluzia (EuroAAA)	Público	•	•	•	•	•	•
Terras do Infante Associação de Municípios	Público	•				•	•

Quadro 16. Potenciais parceiros chave dos Grupos de Ação Local

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
Associação In-Loco - Desenvolvimento e Cidadania	Privado	•		•		•	•
VICENTINA - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste	Público	•		•		•	•
GAL Terras Baixo Guadiana	Público	•		•		•	•
GAL Adere	Público	•		•		•	•
GAL Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado	Público	•		•		•	•
GAL Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado	Público	•		•		•	•
ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste	Público	•		•		•	•
Alentejo XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural	Público	•		•		•	•
Associação Terras do Baixo Guadiana	Privado	•	•	•			•

Quadro 17. Potenciais parceiros chave das Entidades de Promoção Turística

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
Turismo de Portugal	Público	•		•		•	•
EuroVelo - Rota da Costa Atlântica (Algarve)	Privado	•				•	•
Região de Turismo do Algarve ERT	Privado	•		•		•	•
Direção Regional de Cultura do Alentejo	Público					•	•
Turismo do Alentejo ERT	Público	•		•		•	•
Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve - AHETA	Privado	•				•	•
Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve - AIHSA	Privado	•				•	•
ARPTA – Agência Regional Promoção Turística	Público e Privado						•

Quadro 18. Potenciais parceiros chave das Entidades Ambientais

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	Público	•	•	•			
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA)	Público	•	•	•	•		
Direção Regional da Agricultura e Pescas Algarve (DRAP)	Público	•	•	•		•	
Direção Regional da Agricultura e Pescas Alentejo (DRAP)	Público	•	•	•		•	
Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)	Público	•	•	•			
Centro de Competências na Luta contra a Desertificação (CCDesert)	Público	•	•	•		•	
ARH Alentejo	Público	•	•	•			•
ARH Algarve	Público	•	•	•	•		•
Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG)	Público	•	•		•	•	
Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)	Público	•	•				
ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos	Privado	•	•	•	•		
AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo	Público	•	•	•			
ACFALT - Associação Para A Certificação Florestal Do Alentejo	Privado	•	•			•	•
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo	Público	•	•	•		•	•
Empresa do Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva - EDIA	Privado	•	•	•		•	•
EDP – Central Termoelétrica de Sines	Privado	•	•		•		

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	Público	•	•			•	•
DRAP Algarve	Público	•	•	•			
Associação ODIANA	Privado	•	•	•			
Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve - AREAL	Público	•	•	•			•
FAABA - Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo	Privado	•	•	•		•	
ACOS - Agricultores do Sul	Privado	•	•	•			•
ADENE - Agência para a Energia	Público	•	•	•		•	
Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT),	Público	•	•	•		•	•
IVDP - Instituto de Vinhos do Douro e do Porto	Privado	•	•	•			
IVV - Instituto da Vinha e do Vinho	Privado	•	•	•			
Águas do Algarve - Grupo Águas de Portugal	Público	•	•				•
Agencia de Medio Ambiente y Agua de Andalucía	Público	•	•	•		•	•
Hidralia - Gestión Integral de Aguas de Andalucía	Privado	•	•	•		•	•

Quadro 19. Potenciais parceiros chave das Organizações Não Governamentais

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
ALMARGEM - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	Privado	•	•	•			•
CNA - Confederação Nacional da Agricultura	Privado	•	•	•		•	•
CPA - Confederação dos Agricultores de Portugal	Privado	•	•	•		•	•
APPP-FN - Associação Portuguesa de Produtores de Plantas e Flores Naturais	Privado	•	•	•			•
Associação 5 Elemento	Privado	•	•	•			•
GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente	Privado	•	•	•		•	•
APEA - Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente	Privado	•	•	•		•	•
FPCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta	Privado	•					•
Fundação INATEL	Privado	•			•	•	•
Fundação Vasco Vieira de Almeida	Privado	•			•	•	•
Olho Vivo - Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos	Privado	•		•		•	•
APRH - Associação Portuguesa de Recursos Hídricos	Privado	•	•	•			•

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade de hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente	Privado	•	•	•			•
LPN - LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA	Privado	•	•				•
Quercus	Privado	•	•	•	•	•	•
FAPAS - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade	Privado	•	•	•			•
Associação Portuguesa de Educação Ambiental (AsPEA)	Privado	•	•	•			•
ANP - Associação Natureza Portugal	Privado	•	•	•			•
Sociedade Portuguesa de Ecologia	Privado	•	•	•			•

Quadro 20. Potenciais parceiros chave das Instituições de Ensino e entidades de formação e emprego

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade de hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
Escola Tecnológica do Litoral Alentejano	Público	•	•	•	•	•	•
Instituto Politécnico de Beja	Público	•	•	•	•	•	•
Instituto Politécnico de Setúbal	Público	•	•	•	•	•	•
Universidade de Évora	Público	•	•	•	•	•	•
Universidade do Algarve	Público	•	•	•	•	•	•
Instituto Superior de Agronomia	Público	•	•	•	•	•	•
Universidade de Lisboa	Público	•	•	•	•	•	•
ICBAS	Público	•	•	•	•	•	•
Instituto Politécnico de Santarém	Público	•	•	•	•	•	•
Universidade Lusófona (área da sustentabilidade)	Privado	•	•	•	•	•	•
ISCTE (área da sustentabilidade)	Público	•	•	•	•	•	•
Porto <i>Business School</i> (área da sustentabilidade)	Público	•	•	•	•	•	•
Universidade Nova de Lisboa	Privado	•	•	•	•	•	•
Instituto Politécnico de Beja	Público	•	•	•	•	•	•
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (turismo)	Público	•	•	•	•	•	•
Instituto Politécnico de Portalegre	Público	•	•	•	•	•	•
ISLA - Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém	Público	•	•	•	•	•	•
Universidade do Porto	Público	•	•	•	•	•	•
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional	Público					•	•

Quadro 21. Potenciais parceiros chave dos Centro Tecnológicos e associações empresariais

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
Sines Tecnopolo	Privado				•	•	•
CEAL - Confederação dos Empresários do Algarve	Privado			•	•	•	•
NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve	Privado					•	•
NERBE/AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral	Privado					•	•

Quadro 22. Potenciais parceiros chave dos Centros de Investigação

Entidades	Público/ Privado	Áreas temáticas					
		Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	Economia verde e circular	Investigação e inovação	Valorização e revitalização económica e social	Capacitação e sensibilização
Centro de Ciência Viva do Lousal	Público	•			•		•
Agrobio	Privado	•	•	•	•		•
CITUR - Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação no Turismo	Público	•			•	•	•
IHRH-Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos (FEUP)	Público	•	•			•	•
CIU3A – <i>University Innovation Center of Andalusia, Alentejo and Algarve</i>	Público	•	•	•	•	•	•
Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento	Público	•	•	•	•		•
Centro de Ciências e Tecnologias da Água	Público	•	•		•		•
Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade	Público	•	•	•	•		•
Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção	Público				•	•	•
Centro de Investigação Marinha e Ambiental	Público	•	•		•		•
Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar	Público	•		•	•	•	•
Centro de Ciências do Mar	Público	•	•		•		•
Centro de Investigação Tecnológica do Algarve - Engenharia Eletrónica e Computadores	Público				•		•
Centro de Investigação Transdisciplinar para o Empreendedorismo e Inovação Sistémica	Público			•	•	•	•

## **Sobre a EY**

A EY tem como propósito construir um mundo melhor de negócios, ajudando a criar valor a longo prazo para os seus clientes, colaboradores e a sociedade, bem como a gerar confiança nos mercados.

Dotados de informação e de tecnologia, várias equipas da EY, em mais de 150 países, asseguram confiança através da auditoria e ajudam os seus clientes a crescer, transformar e operar.

Através de serviços de auditoria, consultoria, fiscalidade, transações, estratégia e serviços jurídicos, as equipas da EY pretendem colocar melhores perguntas para encontrar novas respostas para as complexas questões que o nosso mundo enfrenta hoje.

EY refere-se à organização global, e pode referir-se a uma ou mais firmas-membro da Ernst & Young Global Limited, cada uma das quais uma entidade juridicamente distinta. A Ernst & Young Global Limited, firma sediada no Reino Unido, limitada por garantia, não presta serviços a clientes. Informações sobre como a EY recolhe e utiliza dados pessoais e uma descrição dos direitos que os titulares dos dados têm ao abrigo da legislação de proteção de dados estão disponíveis em [ey.com/pt\\_pt/legal-and-privacy](https://ey.com/pt_pt/legal-and-privacy).

As firmas-membro da EY não prestam serviços jurídicos quando tal seja vedado pela legislação local. Para mais informação sobre a nossa organização, por favor visite [ey.com](https://ey.com).

## **Sobre a EY-Parthenon**

As equipas da EY-Parthenon trabalham com os clientes para superar a complexidade, ajudando-os a repensar os seus ecossistemas, a reformular os seus portefólios e a reinventarem-se para um futuro melhor. Com conectividade e escala a nível global, as equipas da EY-Parthenon concentram-se na Estratégia Realizada - ajudando os CEOs a conceber e estruturar estratégias para melhor gerir os desafios, ao mesmo tempo que maximizam as oportunidades enquanto procuram formas de transformar os seus negócios. Da ideia à implementação, as equipas da EY-Parthenon ajudam as organizações a construir um mundo de negócios melhor, fomentando o valor a longo prazo. EY-Parthenon é uma marca sob a qual várias firmas-membro da EY em todo o mundo prestam serviços de consultoria estratégica. Para mais informações, por favor visite [https://www.ey.com/pt\\_pt/strategy](https://www.ey.com/pt_pt/strategy).

© 2022 Ernst & Young, S.A.

Todos os direitos reservados.